

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Amanda Balbi Amato

**POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA RETENÇÃO E DA DISTORÇÃO
IDADE-ANO NA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA (MG)**

Juiz de Fora

2026

Amanda Balbi Amato

**POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA RETENÇÃO E DA DISTORÇÃO
IDADE-ANO NA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Balbi Amato, Amanda.

Possibilidades de enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança (MG) / Amanda Balbi Amato. -- 2026.

109 f.

Orientador: Fernando Tavares Júnior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. Distorção idade-ano. 2. Retenção escolar. 3. Fluxo escolar. 4. Evasão. 5. Ensino Médio. I. Tavares Júnior, Fernando, orient. II. Título.

**POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA RETENÇÃO E DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA
ESTADUAL ESPERANÇA (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 10 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a)Dr.(a) Fernando Tavares Júnior - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a)Dr.(a) Luiz Flávio Neubert

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a)Dr.(a) Joyce Louback Lourenço

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 16/06/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tavares Junior, Professor(a)**, em 10/07/2026, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert, Vice-Chefe de Departamento**, em 10/07/2026, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joyce Louback Lourenço, Usuário Externo**, em 10/07/2026, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3031832** e o código CRC **4E9CF33C**.

Dedico este trabalho a todos os que acreditam que a educação pode ser mais humana, mais justa, comprometida e transformadora.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho significa a concretização de um sonho. Poder estudar em uma universidade como a UFJF representa a conclusão de uma trajetória cheia de desafios, mas de muito aprendizado.

Primeiramente, agradeço a Deus e à Nossa Senhora pela força, persistência e discernimento concedidos.

Aos meus pais, Regina e Sérgio, por não medirem esforços para que eu alcançasse todos os meus objetivos e por me mostrarem que a educação era o único meio de mudar a minha realidade.

À minha irmã, Leandra e ao meu sobrinho, Théo, por entenderem as minhas ausências e me apoiarem.

Ao meu esposo, Thiago, por me apoiar em tudo o que faço e por tornar minha caminhada mais leve.

Às amigas que foram essenciais no meu percurso, em especial à Cláudia, que me incentivou e me acompanhou em todos os momentos, se tornando uma grande amiga, e ao inesquecível Grupo 1 – Adriana, Alice, Ana Paula e Andreia – pela força, incentivo e por compartilhar conhecimentos e experiências. E a todos os colegas da turma 2023 que tornaram os dias mais significativos e inesquecíveis.

Ao meu agente de suporte acadêmico (ASA), Ademir, pelo comprometimento, disponibilidade, pelos ensinamentos e pela paciência de sempre.

Ao meu orientador, Professor Dr. Fernando Tavares Júnior, por compartilhar seus conhecimentos, que foram essenciais durante a construção desse trabalho. Sua orientação contribuiu para meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Agradeço à SEE pela oportunidade e por investir na minha formação.

Ao Programa de Pós-Graduação e ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (PPGP/CAEd/UFJF) pela oportunidade de desenvolvimento acadêmico, profissional e humano. Por contribuir com o fortalecimento da pesquisa, das reflexões e das ações voltadas à melhoria da educação pública.

A todos os profissionais da escola pesquisada, pela disponibilidade e colaboração de grande valia na construção da pesquisa.

E a todos os meus alunos, cujas trajetórias escolares e de vida inspiraram esse trabalho, meus sinceros agradecimentos.

“Se a educação sozinha não transforma a
sociedade, sem ela tampouco a
sociedade muda.”
(Freire, 2000, p. 31)

RESUMO

A presente dissertação investiga e propõe estratégias para o enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança, localizada em Coronel Fabriciano (MG), na região do Vale do Aço. A pesquisa parte da experiência profissional da autora como professora de Matemática e fundamenta-se em dados institucionais e públicos (INEP e QEdU) para analisar o perfil dos estudantes impactados pela defasagem escolar em um contexto marcado por vulnerabilidade socioeconômica, evasão e inserção precoce no mercado de trabalho. A escola atende alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio e tem registrado crescimento no número de matrículas nos últimos anos, cenário que contrasta com desafios relacionados à permanência e à aprendizagem dos estudantes. Os dados evidenciam elevados índices de retenção, abandono e distorção idade-ano, que atingiu 21,3% em 2023, indicando a necessidade de ações pedagógicas e administrativas articuladas, como acompanhamento individualizado de alunos em risco, flexibilização curricular e ampliação de programas de apoio educacional e psicossocial. Nesse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais medidas podem contribuir para compreender e enfrentar os problemas de fluxo escolar e distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança? O objetivo geral consiste em propor ações voltadas à melhoria do fluxo escolar e à redução da distorção idade-ano na instituição investigada. Como objetivos específicos, o estudo pretende: descrever o perfil dos alunos em situação de retenção, abandono e distorção idade-ano; analisar suas trajetórias escolares à luz dos dados institucionais disponíveis; e propor estratégias de gestão e intervenção pedagógica capazes de contribuir para a correção do fluxo escolar. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em análise documental, buscando identificar fatores que influenciam a defasagem escolar e subsidiar a construção de estratégias de enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano. Espera-se que as ações propostas possam contribuir para a melhoria da permanência e da aprendizagem dos estudantes, além de oferecer subsídios que possam inspirar práticas semelhantes em outras escolas públicas que enfrentam desafios relacionados ao fluxo escolar.

Palavras-chave: Distorção idade-ano. Retenção escolar. Fluxo escolar. Evasão. Ensino Médio.

ABSTRACT

This dissertation investigates and proposes strategies to address grade retention and age-grade distortion at Escola Estadual Esperança, located in Coronel Fabriciano, Minas Gerais, in the Vale do Aço region. The study is based on the author's professional experience as a Mathematics teacher and draws upon institutional and public data (INEP and QEdU) to analyze the profile of students affected by school delay in a context marked by socioeconomic vulnerability, school dropout, and early entry into the labor market. The school serves students enrolled in lower secondary education and upper secondary education and has experienced an increase in enrollment in recent years, a scenario that contrasts with challenges related to student retention and learning. The data reveal high rates of grade retention, dropout, and age-grade distortion, which reached 21.3% in 2023, indicating the need for coordinated pedagogical and administrative actions, such as individualized monitoring of at-risk students, curricular flexibility, and the expansion of educational and psychosocial support programs. In this context, the study seeks to answer the following question: what measures can contribute to understanding and addressing the problems related to school flow and age-grade distortion at Escola Estadual Esperança? The general objective is to propose actions aimed at improving school flow and reducing age-grade distortion in the institution under investigation. Specifically, the study aims to: describe the profile of students experiencing grade retention, dropout, and age-grade distortion; analyze their school trajectories in light of the available institutional data; and propose management and pedagogical intervention strategies capable of contributing to the improvement of school flow. The research adopts a qualitative approach based on documentary analysis, seeking to identify factors that influence school delay and to support the development of strategies to address grade retention and age-grade distortion. It is expected that the proposed actions may contribute to strengthening student retention and learning, while also providing insights that may inspire similar practices in other public schools facing challenges related to school flow.

Keywords: Age-grade distortion. Grade retention. School flow. School dropout. Upper secondary education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cálculo da nota do IDEB na Escola Estadual Esperança	51
Figura 2 - Cálculo do fluxo na Escola Estadual Esperança	52
Figura 3 - Cálculo das médias obtidas nas notas de Língua Portuguesa e Matemática	52
Figura 4 - Percentual de alunos por nível de aprendizado	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do IDEB no Brasil (2005-2023).....	31
Gráfico 2 – Evolução do IDEB em Minas Gerais (2005-2023)	34
Gráfico 3 – Evolução do IDEB em Coronel Fabriciano (2017-2023)	38
Gráfico 4 – IDEB na Escola Estadual Esperança desde a implementação do Ensino Médio	39
Gráfico 5 – Padrão de desempenho SIMAVE (2023/2024)	49
Gráfico 6 - Distorção idade-ano em cada etapa do Ensino Médio	50
Gráfico 7 - Distorção idade-ano no Ensino Médio da Escola Estadual Esperança ...	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese entre previsões normativas e implementação das políticas relacionadas ao fluxo escolar	23
Quadro 2 – Dimensões, avanços e desafios das políticas educacionais brasileiras.	30
Quadro 3 - Medalhas de alunos da Escola Estadual Esperança.....	55
Quadro 4 – Dissertações selecionadas que abordam o conceito de distorção idade-ano	60
Quadro 5 – Detalhamento de ações desenvolvidas na Escola Estadual Esperança com vistas à permanência estudantil.....	75
Quadro 6 – Principais achados.....	84
Quadro 7 – Principais achados da pesquisa	87
Quadro 8- Planejamento da Ação 1.....	90
Quadro 9 - Planejamento da Ação 2.....	91
Quadro 10 - Planejamento da Ação 3.....	92
Quadro 11 – Planejamento da Ação 4.....	93
Quadro 12 – Planejamento da Ação 5.....	94
Quadro 13 – Planejamento da Ação 6.....	95
Quadro 14 – Síntese das ações do Plano de Ação Educacional e sua articulação com os achados da pesquisa	97
Quadro 15 – Planejamento anual para implementação das ações do Plano de Ação Educacional	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de alunos atendidos no Ensino Médio da Escola Estadual Esperança (EEE)	43
Tabela 2 – Taxas de abandono e reprovação na Escola Estadual Esperança entre os anos de 2021 e 2024	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JEF	Jogos Estudantis de Fabriciano
JEMG	Jogos Estudantis de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
PAE	Plano de Ação Educacional
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
QEdu	Portal de dados Educacionais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE-MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
Sind-Ute/MG	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SRE	Superintendência Regional de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 RETENÇÃO, DISTORÇÃO IDADE-ANO E FLUXO ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA.....	19
2.2 DESCRIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA E DA SITUAÇÃO PROBLEMA	40
2.2.1 Fluxo escolar a partir dos indicadores do IDEB	48
2.2.2 A relação entre o esporte e a trajetória escolar dos alunos na Escola Estadual Esperança.....	54
2.2.3 Caracterização socioeconômica e territorial da comunidade escolar	56
3 EIXOS TEÓRICOS E ANÁLISE DOCUMENTAL	60
3.1 EIXOS TEÓRICOS	64
3.1.1 Eixo 1: Reprovação e suas causas	65
3.1.2. Eixo 2: Fluxo escolar e a trajetória educacional.....	69
3.1.3. Eixo 3: Evasão – fatores que podem resultar no abandono escolar	71
3.1.4. Eixo 4: Distorção idade-ano – origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	76
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO	81
3.3 ANÁLISE BASEADA NAS DIMENSÕES ANALÍTICAS MOBILIZADAS.....	83
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA RETENÇÃO E DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA.....	85
4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	86
4.1.1 O Plano de Ação Educacional (PAE) em articulação com os achados da pesquisa	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se no âmbito da gestão educacional, com foco na dimensão pedagógica e administrativa da gestão escolar, voltada aos desafios relacionados ao fluxo escolar, à retenção dos alunos e à distorção idade-ano no Ensino Médio da rede pública estadual. Tais questões configuram-se como problemas de gestão pedagógica e administrativa, uma vez que afetam diretamente a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, o caso de gestão analisado nesta pesquisa toma como referência a realidade de uma escola estadual localizada em Coronel Fabriciano (MG), no período compreendido entre os anos de 2021 e 2024, buscando compreender os fatores que contribuem para o alto índice de distorção idade-ano e propor ações que possam favorecer a correção do fluxo e a equidade das trajetórias escolares. Para preservar a identidade da escola e da comunidade escolar, a instituição adoção é referida por meio de um nome fictício: Escola Estadual Esperança.

Sou licenciada em Matemática e pós-graduada em Psicopedagogia e Educação. Atuo há dez anos como professora de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, experiência que me possibilitou acompanhar de perto os desafios pedagógicos e de gestão enfrentados pelas escolas públicas. Antes dessa atuação, trabalhei na Educação Infantil, o que ampliou minha compreensão sobre o percurso formativo dos estudantes ao longo da educação básica. Atualmente, desenvolvo minhas atividades docentes na Escola Estadual Esperança, onde observo cotidianamente as dificuldades relacionadas à retenção e à distorção idade-ano. Essa vivência profissional motivou a escolha do tema e fundamenta o presente caso de gestão, que busca investigar as causas e propor estratégias de enfrentamento para tais desafios no contexto escolar.

A presente pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: Quais fatores estão associados ao fluxo irregular e quais medidas podem ser tomadas para corrigir o fluxo escolar, bem como a distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança? Tem como objetivo geral promover e fomentar ações para corrigir o fluxo escolar, bem como a distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança. Como objetivos específicos, este trabalho pretende descrever o perfil dos alunos da Escola Estadual Esperança em situação de reprovação, abandono e distorção idade-ano; analisar a trajetória desses alunos e a realidade da escola diante dos

dados disponíveis, no que se refere à retenção, abandono e distorção idade-ano; e propor ações para corrigir o fluxo escolar, bem como a distorção idade-ano.

O recorte temporal de 2021 a 2024 foi definido por corresponder ao período de volta as aulas, após o período de isolamento social causado pela pandemia de covid-19. Logo, o ano de 2020 não foi pesquisado por se tratar de um ano atípico, onde os impactos do período pandêmico interferiram nas práticas educativas. Além disso, com a implementação recente do Ensino Médio na referida escola (2016), com início da primeira turma em 2017, torna-se desafiador avaliar os impactos iniciais e os desdobramentos antes e pós pandemia.

O caso de gestão apresentado nesta dissertação tem como foco o enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança, localizada no município de Coronel Fabriciano (MG). A instituição, que atende alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, tem apresentado nos últimos anos índices elevados de retenção e de defasagem entre idade e etapa de ensino, o que repercute negativamente no fluxo escolar e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O caso foi selecionado por representar uma realidade comum a muitas escolas da rede estadual mineira, nas quais as dificuldades de permanência e de aprendizagem dos estudantes se articulam a fatores socioeconômicos e a desafios de gestão pedagógica. Assim, o estudo busca compreender as causas e consequências desse cenário e propor ações de caráter pedagógico e administrativo que contribuam para a redução da distorção idade-ano e para a melhoria da aprendizagem e do fluxo escolar.

Nesta pesquisa, a retenção, a distorção idade-ano e o abandono escolar são analisados a partir da perspectiva da gestão do fluxo escolar no Ensino Médio, considerando especialmente os fatores institucionais e pedagógicos que influenciam a trajetória dos estudantes na Escola Estadual Esperança. Dessa forma, o estudo concentra-se na análise dos indicadores de fluxo escolar (aprovação, retenção, abandono e distorção idade-ano) e na compreensão das condições escolares, sociais e institucionais que contribuem para a permanência ou interrupção das trajetórias escolares dos estudantes. A partir dessa análise, busca-se identificar elementos que subsidiem a proposição de estratégias de gestão pedagógica capazes de reduzir a distorção idade-ano e favorecer a continuidade dos estudos.

A relevância desta pesquisa se sustenta em duas dimensões complementares: acadêmica e profissional. Do ponto de vista acadêmico, o estudo

contribui para o aprofundamento das discussões sobre os fatores que influenciam o fluxo escolar e a distorção idade-ano no Ensino Médio, problemáticas que ainda persistem nas redes públicas de ensino e comprometem a equidade e a qualidade da educação básica. A análise do caso, realizada com base em dados e documentos referentes ao período de 2021 a 2024, permite ampliar a compreensão sobre a gestão escolar e suas possibilidades de intervenção diante de contextos marcados por vulnerabilidade social e por índices insatisfatórios de rendimento e permanência.

No campo profissional, a pesquisa representa uma oportunidade de refletir criticamente sobre a própria prática docente e sobre o papel da gestão na construção de estratégias que assegurem o direito à aprendizagem e à continuidade dos estudos. A investigação possibilita, ainda, transformar a experiência cotidiana na escola em objeto de estudo e em fonte de aprimoramento das ações pedagógicas e administrativas. Dessa forma, os resultados deste trabalho pretendem subsidiar não apenas a melhoria da gestão na Escola Estadual Esperança, mas também inspirar outras instituições que enfrentam desafios semelhantes relacionados à reprovação e à distorção idade-ano.

Deve-se salientar que o estudo não pode generalizar constatações obtidas. Fatores extraescolares, como a condição socioeconômica da comunidade, e intraescolares, como práticas pedagógicas específicas, influem os resultados de modo que esses não sejam generalizáveis, mesmo a instituições com características gerais parecidas, como a localização, o perfil socioeconômico, a infraestrutura, o segmento de ensino oferecido. Ainda assim, espera-se que as constatações e proposições realizadas com esta pesquisa propiciem intervenções benéficas à trajetória escolar dos alunos e, em um âmbito social mais amplo, contribuir para a reflexão sobre desigualdades educacionais e a implementação de melhorias em outras escolas. Assim sendo, no geral, os benefícios esperados contemplam contribuições a gestores, docentes e escolas para minimizar o abandono, a retenção e a distorção idade-ano.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução, conclusão e referências, estruturando-se de modo a contemplar o percurso analítico e descritivo do caso de gestão, referente ao período de 2021 a 2024.

O primeiro capítulo corresponde a esta Introdução. O segundo, “Retenção, distorção idade-ano e fluxo escolar na Escola Estadual Esperança”, tem caráter

descritivo e apresenta o contexto educacional da escola e do município, bem como os principais indicadores relacionados ao fluxo escolar, como retenção, abandono e distorção idade-ano, com base em dados institucionais e fontes públicas.

Passando ao terceiro capítulo, “Eixos teóricos e análise do caso de gestão”, apresenta o referencial que sustenta a análise documental, feita por triangulação teórica, para compreensão dos fatores que influenciam o fluxo escolar e a trajetória dos estudantes. Em seguida, o quarto capítulo corresponde ao Plano de Ação Educacional (PAE), no qual constam propostas de melhorias para a situação-problema. Por fim, no Capítulo 5 constam as considerações finais sobre a pesquisa.

2 RETENÇÃO, DISTORÇÃO IDADE-ANO E FLUXO ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA

Este capítulo apresenta o caso de gestão investigado nesta dissertação, tendo como foco a retenção, o abandono escolar e a distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança, localizada no município de Coronel Fabriciano (MG). Inicialmente, são apresentadas as políticas públicas e os marcos normativos relacionados ao fluxo escolar no contexto nacional, estadual e municipal. Em seguida, descrevem-se as características institucionais da escola e são analisadas as evidências empíricas que evidenciam a situação-problema, construindo a base documental que subsidia as análises desenvolvidas no capítulo seguinte e a elaboração do Plano de Ação Educacional.

A construção deste capítulo fundamenta-se em pesquisa documental, utilizando diferentes fontes de dados e documentos públicos e institucionais. Foram consultados documentos da Escola Estadual Esperança, especialmente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), registros e relatórios internos, além de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Censo Escolar, QEdu, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) e demais documentos oficiais relacionados às políticas educacionais e aos indicadores de fluxo escolar.

A Escola Estadual Esperança, instituição que constitui o caso de gestão desta pesquisa, integra a rede estadual de ensino de Minas Gerais e está vinculada à Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano. A unidade atende estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e apresenta, nos últimos anos, desafios relacionados à permanência, à progressão escolar e à distorção idade-ano. Tais aspectos justificam a escolha da instituição como objeto de investigação, uma vez que representam questões recorrentes em diferentes escolas públicas brasileiras.

A situação-problema analisada envolve diferentes atores sociais e instâncias de gestão. Participam desse contexto a equipe gestora da escola, os professores, os estudantes, as famílias, a Superintendência Regional de Ensino e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, cujas ações e relações influenciam

diretamente a organização pedagógica, o acompanhamento das trajetórias escolares e a implementação das políticas voltadas à garantia da permanência e do sucesso escolar.

Para organizar de forma clara e coerente a apresentação dos dados que fundamentam o caso de gestão, este capítulo está estruturado em duas seções principais, cada uma subdividida em partes que aprofundam aspectos essenciais para compreender o problema da reprovação e da distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança.

A Seção 2.1, “Contexto atual da educação no Brasil, no estado de Minas Gerais e no município de Coronel Fabriciano”, apresenta o panorama macroestrutural que influencia diretamente o funcionamento das escolas públicas. Na Subseção 2.1.1, são abordados os aspectos históricos, legais e políticos que estruturam a educação no Brasil, destacando elementos como a LDB, o PNE e as políticas de avaliação que dialogam com o fluxo escolar. A Subseção 2.1.2, “Educação em Minas Gerais”, descreve o papel de políticas estaduais como o SIMAVE, o CRMG e a municipalização dos anos iniciais. Já a Subseção 2.1.3, “Educação no município: panorama geral”, contextualiza localmente a situação-problema, apresentando indicadores, características socioeconômicas e elementos estruturais que ajudam a compreender a realidade na qual se insere a Escola Estadual Esperança. Essa seção é fundamental porque explicita que o problema da distorção idade-ano não nasce apenas no interior da escola, mas reflete condições e dinâmicas próprias de cada escala do sistema educacional.

A Seção 2.2, “Descrição da Escola Estadual Esperança e da situação problema”, volta-se especificamente para a instituição que constitui o caso de gestão. Nessa seção, apresenta-se a caracterização da escola com base em documentos institucionais de acesso público (como o PPP), dados do Censo Escolar e observação da rotina escolar. São descritos sua história, estrutura física, modalidades ofertadas, perfil do corpo discente e particularidades do território em que está inserida. Essa caracterização é indispensável para compreender a complexidade do público atendido e as condições concretas que influenciam as trajetórias escolares.

Na Subseção 2.2.1, “Fluxo escolar a partir dos indicadores do IDEB”, são analisados os indicadores relacionados à progressão dos estudantes, como taxas de aprovação, retenção, abandono, evasão e distorção idade-ano, além do

desempenho da escola no IDEB. Esses dados, coletados em fontes como INEP e QEDu, são articulados a evidências documentais da escola, permitindo interpretar como as condições pedagógicas, organizacionais e socioeconômicas influenciam o avanço ou a permanência dos estudantes nas séries escolares.

Na Subseção 2.2.2, “A relação entre o esporte e a trajetória escolar dos estudantes da Escola Estadual Esperança” apresenta informações referentes às práticas esportivas e ao envolvimento dos alunos nas atividades promovidas pela escola, como os Jogos Estudantis de Fabriciano (JEF) e os Jogos Estudantis de Minas Gerais (JEMG). A análise dessa dimensão permite compreender como os projetos esportivos contribuem para o engajamento dos estudantes, para a permanência escolar e para o fortalecimento da identidade dos jovens na instituição. Além disso, evidencia-se de que modo essas iniciativas podem funcionar como elementos de proteção, convivência e motivação, especialmente em um contexto marcado por vulnerabilidades sociais.

Por fim, a Subseção 2.2.3, “Caracterização socioeconômica e territorial da comunidade escolar” aborda elementos referentes ao perfil dos estudantes, às condições sociais e aos aspectos territoriais de onde a instituição de ensino está localizada. A análise dessas particularidades auxilia a compreensão de fatores que possam exercer influência sobre a trajetória, a permanência e o comportamento do fluxo escolar da escola.

Assim, a organização do Capítulo 2 fornece um panorama completo e fundamentado da realidade educacional que compõe o caso de gestão, articulando o contexto mais amplo às especificidades da Escola Estadual Esperança e construindo a base empírica necessária para as análises e proposições do capítulo seguinte.

2.1 CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO ESTADO DE MINAS GERAIS E NO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO

A presente seção tem o intuito de recordar o processo educacional transcorrido no país a partir da Constituição Federal de 1988. O contexto educacional brasileiro é marcado por avanços legais e institucionais desde a Constituição de 1988, que consolidou a educação como direito de todos, passando pela LDB nº 9.394/1996 e pelos Planos Nacionais de Educação (PNE). Apesar de todos os progressos, ainda há desafios que necessitam ser vencidos, como a

desigualdade regional, a evasão, a retenção e a distorção idade-ano. Compreender essas fragilidades no cenário nacional é fundamental para situar as políticas estaduais e locais, uma vez que a realidade das redes públicas reflete diretamente os desdobramentos dessas diretrizes nacionais.

Em Minas Gerais, as políticas educacionais estão em consonância com as diretrizes nacionais. Em destaque temos o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) e Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), que desde as suas implementações buscam melhorar a qualidade e a equidade do ensino. Dessa forma, mesmo diante dos desafios estruturais e sociais que impactam diretamente no processo educativo, tanto no nível nacional quanto no nível estadual, o atual cenário reflete esforços de todas as esferas para universalizar o acesso e elevar a qualidade da educação. É nesse contexto que se insere o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instrumento criado para mensurar, de forma integrada, o desempenho e o fluxo escolar, oferecendo um panorama concreto da qualidade da educação brasileira.

O INEP define o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, como um indicador que combina o fluxo escolar (dados de aprovação, retenção, evasão e distorção idade-ano) e o desempenho dos alunos (avaliado pelo SAEB – avaliação aplicada a cada 2 anos), com o objetivo de medir a qualidade da educação básica no Brasil. O público-alvo são estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

O índice, que pode variar de 0 a 10, é calculado por escola, por rede e para uso do próprio país, permite traçar metas e monitorar o progresso educacional dos sistemas de ensino. Além disso, o IDEB é uma ferramenta eficaz para orientar políticas públicas.

Para calcular o IDEB, utiliza-se a fórmula: $IDEB = TA \times NA$, onde TA é a razão entre a probabilidade média de um aluno ser promovido para o ano seguinte e o número total de alunos matriculados e, NA é a nota média obtida pelos alunos no teste padronizado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Através da multiplicação dessas duas variáveis é possível determinar corretamente o IDEB, que é feito e tem seus resultados divulgados a cada dois anos.

A compreensão dos resultados do IDEB requer, contudo, uma análise mais ampla do percurso histórico da educação no país, uma vez que os índices expressam não apenas o desempenho atual, mas também os reflexos de um

processo educacional construído ao longo de décadas. Por isso, antes de discutir os dados e indicadores específicos da escola pesquisada, torna-se necessário retomar brevemente a trajetória da educação no Brasil, suas políticas estruturantes e os marcos legais que sustentam o sistema educacional contemporâneo.

Considerando que a legislação educacional brasileira prevê mecanismos destinados à garantia do direito à aprendizagem e à progressão regular dos estudantes, torna-se importante distinguir aquilo que está previsto nas normativas e aquilo que efetivamente vem sendo implementado pelos sistemas de ensino. Embora a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e diversas políticas estaduais estabeleçam diretrizes voltadas à permanência dos estudantes e à redução das desigualdades educacionais, os indicadores de fluxo escolar ainda evidenciam desafios persistentes relacionados à retenção, ao abandono e à distorção idade-ano.

Quadro 1 – Síntese entre previsões normativas e implementação das políticas relacionadas ao fluxo escolar

Documento/Política	O que está previsto	Evidências da implementação
Constituição Federal de 1988	Direito à educação e garantia da permanência escolar	Persistência de desigualdades educacionais
LDB nº 9.394/1996	Progressão contínua, recuperação paralela e garantia da aprendizagem	Elevados índices de reprovação e distorção idade-ano
PNE 2014-2025	Melhoria da qualidade e redução das desigualdades	Metas parcialmente alcançadas
BNCC	Direitos de aprendizagem e equidade	Implementação desigual entre as redes
SIMAVE	Monitoramento da aprendizagem e apoio às políticas públicas	Persistência de diferenças entre escolas e regiões
CRMG	Adequação curricular ao contexto mineiro	Desafios na consolidação das práticas pedagógicas

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

2.1.1 Educação no Brasil

A compreensão da realidade educacional brasileira demanda um olhar atento para o seu percurso histórico, marcado por profundas transformações sociais, políticas e culturais. Ao longo dos séculos, a educação no Brasil passou de um modelo restrito e excludente, voltado inicialmente para a catequese e a formação da

elite colonial, para a configuração de um sistema público que busca garantir o acesso e a permanência de todos os cidadãos na escola. Assim, compreender a origem e a evolução das políticas e práticas educacionais do país permite situar os desafios atuais, como a retenção, a evasão e a distorção idade-ano, em um contexto mais amplo de construção e consolidação do direito à educação.

Contudo, para os fins desta pesquisa, não se pretende realizar uma reconstituição histórica extensa da educação brasileira desde o período colonial. Considerando o objeto deste estudo, relacionado ao fluxo escolar, à retenção e à distorção idade-ano, optou-se por delimitar a análise ao período mais recente das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e do processo de redemocratização do país. Esse recorte se justifica porque foi nesse período que se consolidaram importantes marcos legais e políticas públicas voltadas à universalização do acesso, à permanência dos estudantes na escola e à melhoria da qualidade da educação básica.

Embora a educação brasileira tenha origens que remontam ao período colonial, com experiências educativas conduzidas inicialmente pelos jesuítas, o presente estudo concentra-se nas transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro a partir do processo de redemocratização. Esse período foi marcado pela ampliação do direito à educação e pela criação de políticas estruturantes voltadas à universalização do acesso, à permanência dos estudantes na escola e à melhoria da qualidade da educação básica.

Com a redemocratização do país, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida de forma mais explícita como direito social fundamental. A Constituição estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, inaugurando um novo momento para as políticas educacionais brasileiras (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é a Lei nº 9.394/1996, consolidou os princípios e as diretrizes para a educação básica e superior (Brasil, 1996). Como destaca Saviani (2013), a LDB representou um marco na normatização do sistema educacional, ao mesmo tempo em que revelou as tensões entre a universalização do acesso e a qualidade da educação ofertada.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172/2001 e posteriormente atualizado pela Lei nº 13.005/2014, trouxe metas para a educação com o objetivo de melhorar sua qualidade e enfrentar desigualdades históricas

(Brasil, 2001; 2014). Para Cury (2002), os planos nacionais de educação se configuram como instrumentos de planejamento estratégico que buscam orientar o sistema educacional brasileiro em médio e longo prazo, embora sua efetividade dependa da articulação federativa e da alocação adequada de recursos.

Apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos, especialmente no que se refere à ampliação do acesso e às políticas de inclusão, persistem desafios significativos relacionados à qualidade da educação e à desigualdade de oportunidades entre as diferentes regiões e redes de ensino. Muitas das metas estabelecidas pelo último Plano Nacional de Educação (PNE) não foram plenamente atingidas no decênio anterior, o que reforça a necessidade de revisão e fortalecimento das estratégias para o próximo plano, que entrará em vigor a partir de 2026. O atual PNE, cuja vigência se encerraria em junho de 2024, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025, de modo a permitir a avaliação dos resultados alcançados e a elaboração participativa das novas metas e diretrizes que orientarão as políticas educacionais na próxima década.

No campo do financiamento, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado através da Emenda Constitucional nº 14/1996, estabeleceu a redistribuição de recursos, priorizando o ensino fundamental e a valorização docente (Brasil, 1996). Mais adiante, com a Emenda Constitucional nº 53/2006, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ampliando essa política para toda a educação básica (Brasil, 2006), inclusive a Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Libâneo (2012), ressalta que políticas de financiamento como o Fundef e Fundeb são fundamentais para garantir a permanência escolar e reduzir desigualdades, mesmo que ainda estejamos diante de impasses como a insuficiência de investimentos por parte do poder público.

Ainda no campo do financiamento da educação, Souza (2024) argumenta que compreender os dissensos e consensos sobre o desafio de se chegar a um texto final do PNE é fundamental para entender a luta de classes que acontece no interior das instituições, onde emerge uma disputa de interesses para a aprovação do texto, além das fragilidades do documento.

O autor citado analisa os marcos legais da política educacional do país, dando ênfase às políticas de financiamento da educação, até chegar ao debate

sobre o PNE 2024-2034. Ao decorrer de suas constatações, percebe-se que a política de financiamento da Educação começou somente em 1934, onde a Constituição Federal garantiu a criação de um percentual mínimo que deveria ser investido na Educação. Todavia, ao longo da história do país, observa-se que, desde então a implementação dessas políticas não foi realizada de forma igualitária. Ela tem sido marcada por períodos de avanço e de contenções de iniciativa pública, já que alguns governos se demonstraram omissos em relação à criação de políticas de financiamento educacional.

Em 1962 foi aprovado o primeiro PNE, que previa duração de sete anos e metas ambiciosas vindas da LDB e de organismos internacionais. Anísio Teixeira criou o cálculo de custo por aluno/ano, como forma de distribuição de recursos. A CF de 1988 garantia um percentual mínimo de impostos para a manutenção do ensino e aumentou para 18% a contribuição da União. Após a aprovação da LDB, houve a aprovação da lei que regulamentou o Fundef - fundo que era composto por 15% de impostos estaduais e da União. Em janeiro de 2001 foi aprovado o PNE 2001-2011, através de uma lei que trazia objetivos e metas para todas as etapas educacionais, mas em contrapartida, muitas limitações para alcançar metas expressivas, inclusive vetos do presidente da época. Pouco depois, em 2006, foi criado o Fundeb, ampliando a composição do fundo para 20% dos impostos estaduais, por exemplo. Embora tenha aumentado o valor para gasto com aluno/ano, a baixa contribuição da União acabou contribuindo e, ao final do decênio, muitas metas previstas no PNE não haviam sido alcançadas.

Ainda em 2006, foi aprovada a Lei nº. 11.738, que estabelece um Piso Salarial Profissional Nacional para os professores. Segundo Souza (2024), apesar das limitações da lei e de fragilidades para sua eficaz implementação, ela é um instrumento de grande valia para valorizar os professores. Em 2009, uma Emenda Constitucional alterou o texto da CF de 1988, uma importante contribuição foi sobre a distribuição de recursos com prioridade no ensino obrigatório, além de parte do PIB com destinação à educação. Ainda assim, apesar de avanços significativos, não citava de forma contundente as fontes das receitas para se alcançar as metas previstas, o que seria o correto. Também em 2009, iniciou-se os debates a respeito do PNE 2014-2024. Após muitos debates em sua tramitação no Congresso, a Lei do PNE, nº. 13.005/2014 foi aprovada. Mas com metas e estratégias de grande magnitude, os governos não alcançaram nem 85% do que estava previsto no Plano.

Vale salientar que esse plano foi prorrogado até 2025, com a justificativa da “necessidade de garantir continuidade das políticas educacionais enquanto o novo plano ainda tramitava no Congresso Nacional”, conforme informações contidas no site do Senado Federal.

Mais recentemente, em 2023, foi iniciado o debate do PNE 2024-2034 e em janeiro de 2024 aconteceu, em Brasília, a Conferência Nacional da Educação (CONAE), resultando no envio de um documento final ao MEC. O documento previa proposta com sete eixos – no qual o sexto eixo se referia ao financiamento da educação – e 64 estratégias. Dentre estas, está o aumento da participação da União de 18% para 25%, além de outras fontes de receita, como taxação de *bets*. Fábio (2024) destaca que embora o texto contemple elementos importantes, ele apresenta fragilidades. Uma delas é a utilização de termos muito amplos, como “garantir” e “assegurar”, sem indicar direções para concretizar as estratégias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 13 de abril de 2026 o novo PNE, com vigência até 2036. A aprovação desse plano constituiu um marco regulatório para as políticas públicas do país, traçando 19 objetivos e 372 estratégias voltadas a garantir o direito de aprendizagem com qualidade e equidade. Conforme o posicionamento da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), embora o plano apresente avanços em áreas como a alfabetização na idade certa, educação integral e a inclusão digital, ainda há desafios estruturais como a falta de regulamentação efetiva do Sistema Nacional de Educação (SNE) (Brasil, 2026). Esse sistema, organiza a cooperação entre as esferas governamentais da educação, integra os dados educacionais e busca reduzir desigualdades no processo educativo (Brasil, 2026), e ainda apresentando-se dessa forma enfraquece a colaboração entre a União, os estados e os municípios, já que pode concorrer para omissão ou transferência de responsabilidades entre os entes federativos. Além disso, as metas projetadas para o decênio necessitam de um investimento alto, de forma a assegurar os desafios de orçamentos locais insuficientes, por exemplo (Brasil, 2026).

Outro marco importante foi a criação Lei 11.274/2006, que instituiu a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e a obrigatoriedade da matrícula para crianças a partir de seis anos, alterando a estrutura e a organização escolar, além dos currículos. Essa mudança pode ser considerada um marco na educação brasileira por alterar de forma importante a estrutura da educação básica, ampliando

a permanência dos alunos na escola e reorganizando as etapas escolares. Além disso, a implementação dessa lei implicou em adequações curriculares, reestruturação pedagógica e reformulações administrativas nas redes de ensino, trazendo impactos diretos na estruturação do processo de ensino-aprendizagem. Logo, a implementação dessa lei visava oferecer melhores oportunidades de aprendizagem e melhoria das trajetórias educacionais.

No ano de 2008 foi instituído o Piso Nacional do Magistério, para os profissionais do magistério, através da Lei 11.738. Além de um valor mínimo nacional, essa lei definiu o percentual de um terço da carga horária para as atividades extraclasse. Isso impactou diretamente a organização da jornada dos profissionais do magistério e os planos de carreira (Brasil, 2008). Com o passar do tempo, diversos estados e municípios precisaram se ajustar à nova lei e revisar seu plano de carreira do magistério, de forma a se adequar às diretrizes nacionais de valorização do magistério. Em 2009, a Emenda Constitucional 59 ampliou a idade da obrigatoriedade escolar. Agora a faixa etária obrigatória é de 4 a 17 anos, incluindo definitivamente a pré-escola na educação obrigatória (Brasil, 2009).

A Medida Provisória (MP) 746/2016 instituiu o Novo Ensino Médio sem a participação efetiva de sujeitos importantes do processo educacional e da sociedade, como por exemplo professores e pesquisadores. A proposta que visava modernizar os currículos, aproximando o Ensino Médio da vivência real dos alunos, mostrou, por meio de tensões na elaboração da MP, uma problemática na elaboração de tal política pública (Brasil, 2016). Foi possível perceber que ampliar a carga horária e incluir itinerários formativos desarticulados da realidade dos alunos, não garante melhorias na qualidade da educação.

Após críticas recebidas por parte dos sujeitos do processo educacional, como alunos, docentes, pesquisadores dentre outros, o Novo Ensino Médio passou por uma reformulação significativa após sancionada a Lei 14.945/2024, que institui a Política Nacional de Ensino Médio, que é um conjunto de normas criadas para orientar a organização e o currículo do Ensino Médio em todo Brasil (Brasil, 2024). A nova lei trouxe alterações parciais à reforma anterior, ampliando a carga horária de disciplinas da formação geral básica, como história, química, sociologia e outras disciplinas. Além disso, os itinerários formativos tiveram sua carga horária reduzida. Já com aplicação em 2025, o número de disciplinas do Ensino Médio, que era maior que 20, teve uma redução significativa.

No âmbito pedagógico, outro avanço significativo foi a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, em 2018, para o Ensino Médio. A BNCC normatizou direitos de aprendizagem e desenvolvimento, assegurando maior equidade ao definir competências e habilidades essenciais (Brasil, 2018). Entretanto, conforme argumenta Saviani (2019), sua implementação carrega contradições, especialmente ao vincular currículos escolares a uma lógica de padronização que pode tensionar a autonomia pedagógica das escolas.

A consolidação da BNCC representou um passo importante na definição de referências comuns para a educação básica, mas sua efetividade depende da integração com outras políticas públicas que orientam o sistema educacional como um todo. Nessa perspectiva, o novo Plano Nacional de Educação (2024-2034) surge como instrumento essencial para dar continuidade às metas e diretrizes estabelecidas nas últimas décadas, articulando o currículo nacional a objetivos mais amplos de equidade, qualidade e valorização da educação pública.

Mais recentemente, o novo Plano Nacional de Educação (2026-2036) reafirma compromissos voltados à universalização do acesso, à melhoria da qualidade, à valorização dos profissionais da educação e à redução das desigualdades regionais e sociais. Contudo, como destaca Cury (2018), a efetividade das políticas educacionais no Brasil depende de uma sólida articulação entre União, Estados e Municípios, além da superação de desafios persistentes relacionados ao financiamento, à gestão escolar e à equidade no acesso e permanência dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental observar como as políticas educacionais brasileiras se materializam nas diferentes dimensões que compõem o sistema de ensino. A análise integrada desses aspectos permite compreender de que forma as diretrizes do novo Plano Nacional de Educação dialogam com as práticas pedagógicas, o financiamento, a gestão escolar e as condições de acesso e equidade.

A seguir, o quadro apresenta uma visão geral das dimensões pedagógica, de financiamento, de gestão escolar e de acesso e equidade, evidenciando conquistas e fragilidades que influenciam diretamente a qualidade do ensino no país.

Quadro 2 – Dimensões, avanços e desafios das políticas educacionais brasileiras

Dimensão	Avanços	Desafios
Pedagógica	Implementação da BNCC; capacitação dos professores; ações de inclusão e educação integral.	Diferenças na qualidade do ensino entre regiões; desigualdade na formação dos professores.
Orçamento	Aumento de recursos federais e estaduais; criação de fundos como o Fundeb.	Distribuição desigual de recursos; dependência de repasses da União.
Gestão Escolar	Iniciativas para a gestão participativa; utilização de indicadores de desempenho.	Burocracia; limitação de autonomia local em algumas redes de ensino.
Universalização – acesso e equidade	Expansão do ensino fundamental e médio; programas de bolsas e transporte escolar.	Evasão escolar; desigualdade de oportunidades entre áreas rurais e urbanas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essa síntese permite observar que, embora o país tenha avançado significativamente em marcos legais, políticas de financiamento e ampliação do acesso, ainda persiste um conjunto de desafios estruturais e pedagógicos que impactam o desempenho dos estudantes e a efetividade das políticas públicas.

Com base nesse panorama, é possível perceber que os avanços legais e estruturais, embora relevantes, não são suficientes por si só para garantir a melhoria efetiva da aprendizagem. Torna-se necessário compreender como tais políticas se materializam nas práticas pedagógicas e nos resultados educacionais, o que envolve tanto a implementação de referenciais curriculares quanto o acompanhamento contínuo do desempenho dos estudantes.

A consolidação de políticas como a BNCC evidencia o esforço nacional em estruturar o currículo e promover maior equidade nas aprendizagens. Contudo, a efetividade dessas políticas precisa ser observada também nos resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações em larga escala, que servem como importantes instrumentos de diagnóstico e monitoramento da qualidade do ensino. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado e divulgado pelo INEP, constitui-se em um dos principais indicadores utilizados para mensurar o desempenho e o fluxo escolar nas diferentes etapas da educação básica brasileira, oferecendo um panorama concreto sobre os avanços e desafios do sistema educacional.

De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo INEP sobre IDEB nacional foi em 2023. Os resultados do IDEB a nível de Brasil alcançaram 6,0 pontos

nos anos iniciais do Ensino Fundamental, atingindo a meta nacional para essa etapa. Contudo, nos anos finais do Ensino Fundamental, a nota nacional ficou em 5,0, que está abaixo da meta pré-estabelecida, que era de 5,5. No Ensino Médio, o IDEB nacional foi de 4,3 pontos, permanecendo aquém da meta de 5,2.

Os resultados acima mencionados revelam um quadro de avanços parciais: enquanto a etapa inicial apresenta desempenho satisfatório e cumprimento da meta, as etapas mais avançadas da educação básica ainda enfrentam sérios desafios para elevar qualidade e equidade educacional em âmbito nacional.

Abaixo há um gráfico em que podemos observar a evolução do IDEB – a nível nacional – desde 2005:

Gráfico 1 – Evolução do IDEB no Brasil (2005-2023)



Fonte: INEP (2025).

O desempenho educacional nas etapas iniciais do Ensino Fundamental apresenta melhores resultados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto Norte e Nordeste ainda apresentam notas inferiores, apesar de avanços notáveis (O Globo, 2024). Já nos anos finais do Ensino Fundamental, observa-se uma queda generalizada nos resultados, inclusive nas regiões Norte e Nordeste, que registram médias abaixo de 5. Essa situação mostra as dificuldades que o país enfrenta, em manter um processo educativo eficaz, diante da diversidade em cada região do Brasil.

No Ensino Médio, todas as regiões do país apresentam um desempenho mais baixo, com médias variando entre 4,1 e 4,4. Isso é um retrato dos desafios persistentes que acompanham o Ensino Médio no país: evasão, repetência, dentre outros. Por outro lado, destaca-se o progresso de muitos municípios do Nordeste entre 2021 e 2023, sobretudo nos anos iniciais, com várias localidades superando as metas estabelecidas, demonstrando que políticas educacionais eficazes podem gerar impactos positivos mesmo em contextos historicamente desfavoráveis (Brasil, 2024).

Em síntese, os resultados acima mencionados revelam um quadro de avanços parciais: enquanto a etapa inicial apresenta desempenho satisfatório e cumprimento da meta, as etapas mais avançadas da educação básica ainda enfrentam sérios desafios para elevar qualidade e equidade educacional em âmbito nacional.

Compreender o desempenho nacional é fundamental para situar os resultados obtidos nas diferentes unidades federativas, uma vez que as políticas educacionais estaduais se desenvolvem em estreita articulação com as diretrizes nacionais. Nesse contexto, analisar o cenário de Minas Gerais permite observar como essas políticas se materializam no âmbito regional, considerando as especificidades históricas, sociais e econômicas do estado e seus reflexos nos indicadores educacionais.

2.1.2 Educação em Minas Gerais

Com base no panorama nacional apresentado, torna-se pertinente compreender como as políticas públicas educacionais se concretizam no contexto de Minas Gerais, estado que historicamente se destaca pela estruturação de sistemas próprios de avaliação e de acompanhamento da aprendizagem. As iniciativas mineiras buscam alinhar-se às diretrizes nacionais, mas também responder às demandas regionais, marcadas por desigualdades socioeconômicas e desafios relacionados à qualidade e à equidade da educação.

Do ponto de vista histórico, a organização do sistema educacional mineiro acompanhou os movimentos de expansão da educação pública no Brasil ao longo do século XX, especialmente a partir das reformas educacionais implementadas nas décadas de 1930 e 1940. Minas Gerais teve papel relevante na consolidação de

políticas educacionais voltadas à ampliação do acesso à escola e à modernização da gestão educacional. Nas últimas décadas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o estado passou a desenvolver políticas próprias de avaliação e monitoramento da aprendizagem, com destaque para a criação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), em 2000. Essas iniciativas refletem o esforço do estado em alinhar suas políticas educacionais às diretrizes nacionais, buscando fortalecer a gestão escolar, aprimorar os indicadores educacionais e ampliar a qualidade da educação pública.

No contexto mineiro, políticas educacionais também foram criadas para alinhar-se às diretrizes nacionais e enfrentar desafios regionais. O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), implementado em 2000, busca monitorar a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a formulação de políticas públicas com base em evidências (Minas Gerais, 2000). Mais recentemente, o Currículo Referência de Minas Gerais, elaborado em consonância com a BNCC e homologado em 2018, passou a orientar as redes estaduais e municipais, contemplando não apenas as competências e habilidades nacionais, mas também saberes regionais e os Temas Contemporâneos Transversais (Minas Gerais, 2018). Outro destaque é o Projeto Mãos Dadas, lançado em 2021, que promoveu a municipalização do Ensino Fundamental – anos iniciais, como estratégia de reorganização da rede escolar e de fortalecimento da cooperação entre Estado e municípios (Minas Gerais, 2021).

Essas iniciativas evidenciam o empenho do estado em construir uma política educacional pautada na avaliação, no fortalecimento curricular e na cooperação entre as diferentes esferas de governo. No entanto, para compreender a efetividade dessas ações, é indispensável analisar os resultados educacionais alcançados nos últimos anos, especialmente aqueles aferidos por meio dos indicadores de desempenho e fluxo escolar.

O estado de Minas Gerais, através dos resultados obtidos no IDEB (2023), apresentou nota 6,2 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, superando a média nacional, que era 6,0, mas ficou abaixo do que o próprio estado projetava, que era 6,6.

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, houve avanço no rendimento, de 0,88 para 0,92, o que contribui para o fortalecimento do fluxo escolar, mas ainda assim, a nota ficou em 4,9, que está abaixo do que estava projetado, 5,7.

No Ensino Médio, a rede estadual manteve média de 4,0, com destaque para a melhoria no rendimento escolar, que passou de 0,84 (em 2019) para 0,87 (2023). Mas ainda assim está aquém do que o estado projetou, que era chegar em 5,3.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do IDEB no Ensino Médio da Rede Estadual de Minas Gerais:

Gráfico 2 – Evolução do IDEB em Minas Gerais (2005-2023)



Fonte: INEP (2025).

Esses indicadores sugerem que Minas Gerais tem conseguido consolidar políticas públicas eficazes para a melhoria do desempenho educacional, mas ainda precisa criar estratégias efetivas para alcançar as metas estabelecidas para a educação mineira.

Diante desse panorama, observa-se que os avanços e desafios verificados em nível estadual também se refletem nas realidades municipais, ainda que com características próprias decorrentes de fatores socioeconômicos, culturais e de gestão local. Compreender como essas políticas e resultados se materializam nos territórios é fundamental para avaliar o impacto efetivo das ações educacionais e identificar os desafios específicos enfrentados pelas redes municipais.

2.1.3 Educação no município: panorama geral

Compreender o panorama educacional do município é fundamental para contextualizar o caso de gestão em estudo, uma vez que as políticas estaduais e nacionais se concretizam nas redes locais de ensino. No caso de Coronel Fabriciano (MG), a realidade educacional reflete tanto os avanços promovidos pelas diretrizes mineiras quanto os desafios próprios da gestão municipal, relacionados à infraestrutura, formação docente, permanência e desempenho dos estudantes. Assim, esta subseção apresenta um breve panorama da educação no município, destacando seus principais indicadores e políticas públicas, a fim de situar o contexto em que se insere a Escola Estadual Esperança, foco central desta pesquisa.

No que se refere ao panorama histórico da educação no município de Coronel Fabriciano, está diretamente associada ao processo de expansão urbana e industrial do Vale do Aço, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Com o crescimento da atividade siderúrgica e o aumento populacional da região, houve também a ampliação da rede escolar pública, com a criação de novas instituições de ensino destinadas a atender à demanda educacional da população local. Ao longo das últimas décadas, o município passou por processos de reorganização da rede educacional, em consonância com as políticas estaduais e nacionais, incluindo a municipalização de etapas da educação básica e a implementação de programas voltados à melhoria da qualidade do ensino. Esse percurso histórico contribui para compreender as características atuais do sistema educacional local e os desafios enfrentados pelas escolas públicas da região.

Coronel Fabriciano¹, município localizado na região do Vale do Aço, apresenta uma trajetória histórica marcada pelo desenvolvimento industrial, especialmente ligado ao setor siderúrgico. Esse processo de crescimento econômico e urbano influenciou diretamente a organização da rede educacional local,

¹ O município de Coronel Fabriciano teve seu processo de ocupação iniciado no século XIX e consolidado ao longo do século XX com a expansão da malha ferroviária e da atividade siderúrgica na região do Vale do Aço. A cidade foi emancipada em 1948 e integra atualmente a Região Metropolitana do Vale do Aço, juntamente com Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso. Seu desenvolvimento econômico está historicamente associado à presença de empresas do setor siderúrgico e metalúrgico, como a Aperam e a Usiminas, que contribuíram para o crescimento urbano e demográfico da região (Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, 2025).

ampliando a demanda por escolas públicas destinadas a atender a população trabalhadora da região. Atualmente, o município integra a Região Metropolitana do Vale do Aço e possui uma rede educacional composta por escolas municipais e estaduais que atendem às diferentes etapas da educação básica. Nesse contexto, compreender o cenário educacional local torna-se fundamental para analisar os desafios relacionados ao fluxo escolar, à retenção e à distorção idade-ano, aspectos que também se manifestam na Escola Estadual Esperança, objeto deste estudo.

Nesse contexto socioeconômico, observa-se que as políticas de formação profissional desenvolvidas em parceria com o Governo de Minas Gerais dialogam diretamente com o perfil produtivo da região. As ações voltadas à qualificação técnica, como as ofertadas pelo Programa Trilhas de Futuro, refletem a tentativa de alinhar a educação às demandas do mercado local, sobretudo às necessidades das indústrias do aço que caracterizam o Vale do Aço.

Em setembro de 2025, por exemplo, os cursos ofertados aos alunos pelo Programa Trilhas de Futuro, em parceria com escolas privadas de formação técnica (uma delas é o SENAI) e o Governo de Minas Gerais, foram: Segurança do trabalho, Eletrotécnica, Automação industrial, Mecânica, Soldagem, Administração, Logística, Refrigeração e Climatização, Enfermagem, dentre outros. Percebe-se facilmente que a oferta, em sua maioria, visa a formação voltada à necessidade de mão de obra para as indústrias de aço da região².

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos era de 98,59% (IBGE, 2022). O IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental (rede pública) é de 6,4 e o IDEB anos finais do Ensino Fundamental (rede pública) é de 5,0. Em 2024, segundo o IBGE, o município apresentava 10.567 matrículas no Ensino Fundamental e 3.099 matrículas no Ensino Médio, além de conter 37 escolas de Ensino Fundamental e 12 de Ensino Médio. Desse total, ainda há de somar as 31 escolas de Ensino Pré-escolar Infantil.

Outras importantes instituições que devem ser citadas para demonstrar a diversidade do município são: o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), escolas de ensino técnico e polos de cursos superiores à distância – todas essas instituições privadas, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Lar

² Informações como quantidade de vagas, cursos oferecidos, dentre outras, podem ser acessadas no próprio site do Programa Trilhas de Futuro, acessando o endereço <https://www.trilhasdefuturo.mg.gov.br/estudantes/index.html>.

dos Idosos, o Centro de Referência Especializado para População de Rua (Centro POP) e 1 Cozinha Comunitária.

No âmbito local, observa-se que as políticas nacionais e estaduais repercutem diretamente na organização do ensino na cidade, pois está diretamente ligado ao proposto nos modelos contidos em documentos oficiais. No caso de Coronel Fabriciano, a história educacional segue junto com o desenvolvimento urbano e econômico do município.

A rede escolar passou por crescimento importante ao longo das últimas décadas, tanto na esfera estadual quanto municipal. Com a adesão ao Projeto Mãos Dadas, o município assumiu em totalidade a responsabilidade pela oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, reorganizando a distribuição das etapas entre os entes federados. O Estado ainda oferece o Ensino Fundamental (anos finais), nas modalidades regular e integral, além do Ensino Médio Integral Propedêutico, o Ensino Médio Técnico Integral, o Novo Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar dos avanços, a cidade, como outras em Minas Gerais, ainda enfrenta desafios relacionados à qualidade da aprendizagem, à valorização do estudo por parte dos educandos e dos seus responsáveis, além de outros desafios, que refletem tanto a realidade mineira quanto a realidade nacional.

Embora tenha ocorrido a ampliação do acesso à Educação Básica, devido à implementação de políticas focadas na melhoria do fluxo escolar, ainda permanecem os desafios a respeito do rendimento educacional no Brasil. Conforme Tavares Júnior (2018), mesmo com a expansão das matrículas; a criação de indicadores de rendimento educacional como o IDEB; e a implementação de políticas criadas para garantir a regularidade do fluxo, o rendimento escolar ainda apresenta fragilidades ligadas à permanência dos alunos, à aprendizagem e à progressão escolar contínua.

Esses desafios refletem-se diretamente nos indicadores de aprendizagem, que revelam tanto os avanços obtidos quanto as limitações ainda presentes no sistema educacional municipal. A análise dos resultados do IDEB permite compreender de forma mais precisa o impacto das políticas educacionais e das práticas pedagógicas adotadas nas escolas de Coronel Fabriciano.

Nos anos iniciais (1º ao 5º ano), Coronel Fabriciano registrou um índice de 6,4, superando a média do estado de Minas Gerais, que foi de 6,3 e destacando-se também em relação às demais cidades do Vale do Aço, que obtiveram índices menores. Nos anos finais (6º ao 9º ano), o município também se sobressaiu com um

IDEB de 5,2, novamente acima da média estadual de 4,9 e demonstrando um desempenho superior à maioria das cidades da região. Os dados contidos no gráfico abaixo retratam o Ensino Médio, que é o objeto de análise desta pesquisa, na cidade de Coronel Fabriciano.

Gráfico 3 – Evolução do IDEB em Coronel Fabriciano (2017-2023)



Fonte: INEP (2025).

Os dados apresentados evidenciam que, no Ensino Médio da rede estadual de Coronel Fabriciano, o IDEB tem mostrado variações moderadas nos últimos ciclos avaliativos. Observa-se uma evolução entre 2017 (3,6) e 2021 (4,3), seguida de uma leve queda em 2023 (4,1), mantendo-se, entretanto, acima da média registrada em anos anteriores e próxima da meta projetada para o período. Esses resultados indicam avanços graduais na aprendizagem e na permanência dos estudantes, embora ainda revelem a necessidade de políticas contínuas para consolidação da melhoria do desempenho escolar.

Em relação à Escola Estadual Esperança, foco desta pesquisa, o IDEB de 2023 foi de 4,2 pontos, ligeiramente superior à média municipal, conforme mostra o Gráfico 4. Esse dado demonstra que, mesmo inserida em um contexto de desafios estruturais e sociais, a escola tem conseguido manter resultados compatíveis ou ligeiramente acima dos índices gerais do município, o que reforça a importância de investigar suas práticas pedagógicas e de gestão, a fim de compreender os fatores que contribuem para esse desempenho.

Gráfico 4 – IDEB na Escola Estadual Esperança desde a implementação do Ensino Médio



Fonte: INEP (2025).

O resultado obtido pela Escola Estadual Esperança, com IDEB de 4,2 pontos em 2023, revela um desempenho ligeiramente superior à média do município e próximo à média estadual, indicando avanços no processo de ensino e aprendizagem. Esse dado reforça a importância das ações de gestão e das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição, que, mesmo diante de desafios estruturais e socioeconômicos, têm possibilitado a manutenção de resultados consistentes. Ainda assim, o índice demonstra que há espaço para melhorias, especialmente no que se refere à continuidade dos estudos e à elevação dos níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, algo fundamental para alcançar as metas educacionais de qualidade e consolidação da equidade.

O motivo de averiguar o resultado do IDEB obtido no ano de 2023 é estabelecer um parâmetro de análise desse indicador com o que é esperado para outras escolas do município e pelo estado. É importante informar que devido à implementação recente do Ensino Médio na referida instituição, que foi iniciada em 2016, se comparada a outras escolas do município que ofertam essa etapa da educação básica tradicionalmente, não há a possibilidade de uma análise mais abrangente de dados do IDEB, visto que isso depende da periodicidade de realizações de outras avaliações que compõem esse indicador.

A partir da questão central desse trabalho, dirigida aos fatores associados ao fluxo escolar e à distorção idade-ano, surge a necessidade de buscar alternativas que possam diminuir a distorção idade-ano. Diante dos resultados mencionados, torna-se essencial compreender de forma mais aprofundada o contexto institucional em que tais indicadores foram produzidos. Conhecer a realidade organizacional, pedagógica e social da escola permite relacionar os dados quantitativos do IDEB às práticas cotidianas de ensino e gestão, identificando fatores que contribuem para os avanços e os desafios observados.

2.2 DESCRIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA E DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A Escola Estadual Esperança está localizada em um bairro periférico, cuja maioria dos alunos são provenientes de famílias de baixa renda. A unidade escolar referida tem mais de 40 anos de existência e está situada na região conhecida como Vale do aço, no leste do estado de Minas Gerais e pertence à jurisdição da 9ª Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais (SRE-MG). Essa superintendência, além de ser responsável pelo município onde está alocada, Coronel Fabriciano, também é responsável por outras unidades escolares, totalizando 69 escolas estaduais atendidas.

A caracterização da instituição foi realizada com base em documentos oficiais da escola, especialmente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), dados do Censo Escolar e informações disponibilizadas pelo INEP. Foram considerados aspectos relativos ao número de estudantes atendidos, modalidades ofertadas, estrutura física, composição do quadro de profissionais, perfil socioeconômico da comunidade escolar e indicadores educacionais associados ao fluxo escolar.

A Escola Estadual Esperança foi fundada em 1963, após o desmembramento da Escola Estadual “Padre Deolindo Coelho”, em decorrência de um número elevado de alunos (cerca de 1.453) dificultando a administração e a aprendizagem. Recebeu este nome em homenagem a Silvino Pereira, que prestou grandes serviços à cidade.

Ao pesquisar alguns documentos como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, vê-se que a instituição inicialmente funcionava em barracões adaptados, depois em espaço alugado, e mudou de lugar algumas vezes, até que em 1977 inaugurou-se o prédio atual. Além disso, já funcionou, no passado, em três turnos.

Em 2022 ainda atendia do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, oferta que foi encerrada pela municipalização de todo Ensino Fundamental na cidade, através do Projeto Mãos Dadas, disposto na Resolução SEE nº 5.148/2025, do governo estadual (Minas Gerais, 2025). Esse projeto, instituído pelo Governo de Minas Gerais em 2021, constitui-se como uma política de reorganização da rede pública de ensino, ao propor a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A ideia central do programa é transferir para os municípios a responsabilidade pela oferta desse segmento, que historicamente era compartilhada entre Estado e municípios, consolidando o que prevê a LDB, segundo a qual os municípios devem priorizar a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, sobretudo em suas etapas iniciais.

Por meio da adesão voluntária das prefeituras, o programa prevê a transferência de turmas e unidades escolares estaduais para a gestão municipal, acompanhada de repasses financeiros, apoio técnico e cessão de prédios escolares.

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), o objetivo central do projeto é evitar a sobreposição de redes, otimizar os recursos educacionais e aproximar a gestão escolar da comunidade local. No entanto, a implementação tem gerado debates: enquanto gestores municipais destacam os investimentos recebidos e a possibilidade de reorganização da rede, entidades representativas de trabalhadores da educação, como o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), apontam riscos de precarização, sobrecarga administrativa e desigualdades na capacidade de resposta entre municípios.

Logo, o Projeto Mãos Dadas se insere no contexto do regime de colaboração federativa, evidenciando os desafios da divisão de responsabilidades entre Estado e municípios na garantia do direito à educação básica.

Então, inicialmente, a escola referida atendia alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Como houve a municipalização de duas escolas, sendo uma delas próxima à escola “Esperança”, como é conhecida, a escola citada acabou perdendo as turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com o tempo, a escola “Esperança” passou a oferecer os anos finais do Ensino Fundamental e gradativamente, o Ensino Médio.

Atualmente a EEE conta com dez turmas de Ensino Médio, sendo quatro turmas de 1º ano, quatro turmas de 2º ano e duas turmas de 3º ano. Além disso, a

escola atende do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, sendo que os alunos podem escolher estudar no Ensino Fundamental regular ou integral, já que há as duas modalidades em oferta na instituição. A escola funciona no turno matutino – onde há a oferta do Ensino Médio Regular, no turno vespertino – oferecendo o Ensino Fundamental Regular (anos finais), além de atender aos alunos do Ensino Fundamental Integral (anos finais). Assim sendo, a escola atende um total de 476 alunos.

O espaço físico da escola é amplo: possui quadra de esportes coberta e bem conservada, já que passa por reforma recentemente, 12 salas de aula, um laboratório de informática em pleno funcionamento, uma biblioteca que acabara de ser reformada (2025), uma sala de coordenação pedagógica, uma sala de vídeo/multimídia, cantina, refeitório, pátio, bebedouros nos dois pavimentos, sala dos professores ampla – resultado de uma recente reforma iniciada em 2025 –, secretaria, quadra poliesportiva (reformada em 2025), banheiros e dois banheiros adaptados. A unidade escolar também conta com uma sala de recursos multifuncionais e fornece o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais.

Todos os espaços da escola encontram-se em boas condições de uso, a sala dos professores ganhou uma nova versão, com espaço amplo, ar-condicionado, copa e dois banheiros – dando lugar a uma pequena sala em que parte dos professores ficavam do lado de fora durante o intervalo. O laboratório de informática possui equipamentos em pleno funcionamento e acesso à internet. As salas de aula contam com 3 ventiladores, cadeiras e mesas em bom estado de conservação e quadros brancos. Os banheiros estão sempre limpos e disponíveis para o uso. O refeitório conta com um número significativo de mesas e bancos, mas não comporta todos os alunos assentados em horário de merenda (muitos se sentam na grama ou no pátio). A biblioteca recém reformada disponibiliza espaço para trabalhos e leitura. A quadra poliesportiva foi pintada recentemente. A secretaria está ganhando um novo espaço nesse exato momento, passando por reforma, e tendo seu “prédio” ampliado. A sala de vídeo/multimídia está pronta para receber aulas expositivas com o uso do Datashow, mediante agendamento prévio.

Conforme dados disponibilizados pelo site QEdu, de 2021 até 2024, por exemplo, mostra um aumento progressivo do número de alunos, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Número de alunos atendidos no Ensino Médio da Escola Estadual Esperança (EEE)

ANO	2021	2022	2023	2024
Número de Alunos	159	213	225	275

Fonte: QEdu: dados educacionais (2026).

A tabela evidencia o crescimento contínuo do número de alunos matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual “Esperança” entre os anos de 2021 e 2024. O aumento de 159 para 275 estudantes nesse período representa uma expansão significativa, que pode estar associada à ampliação da oferta de turmas, à melhoria das condições de ensino e à atratividade da escola na comunidade local. Esse avanço também reflete os esforços da gestão escolar em garantir o acesso e a permanência dos estudantes, ainda que o crescimento da demanda imponha novos desafios relacionados à infraestrutura, ao acompanhamento pedagógico e à diversidade de perfis dos discentes.

Após a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) em uma escola de grande porte do nosso município, outras escolas começaram a receber parte desses alunos que não queriam estudar em período integral. Logo, quando a E. E. “Esperança” implementou o Novo Ensino Médio (NEM), com 6 aulas por dia, iniciando às 7h e encerrando às 12h15, passou a receber muitos alunos, inclusive de outros zoneamentos. O intuito desses alunos era evitar o EMTI para se dedicarem a outras atividades no contraturno. Isso acarretou um aumento no número de alunos do Ensino Médio que a escola teve nos últimos anos.

Mesmo diante de desafios diários, o aumento do número de alunos atendidos na unidade escolar mencionada se deve à redução do número de escolas que ofertavam o Ensino Médio regular na cidade, um total de nove escolas. Após serem submetidas a mudanças, agora, cinco unidades ofertam o Ensino Médio Integral (Propedêutico ou Técnico) e apenas três ofertam o Novo Ensino Médio.

Entre os fatores que explicam o aumento do número de alunos na escola pesquisada, destaca-se a necessidade de conciliar os estudos com atividades remuneradas, logo, acabam migrando para as escolas que ofertam o Novo Ensino Médio regular, com carga horária parcial. Estudantes do Ensino Médio de escolas públicas, que pertencem a famílias de baixa renda, buscam inserção precoce no mercado de trabalho, geralmente em períodos de contraturno escolar (Costa e

Souza, 2019). Essa questão vai na contramão do que propõe a educação em tempo integral quando se depara com a incompatibilidade entre estudar e trabalhar.

De acordo com Cavaliere (2014), o modelo de educação integral só se torna viável quando considera as condições concretas de vida dos alunos. Ignorar a necessidade de trabalho desses alunos no contraturno das aulas pode contribuir para a evasão escolar, em vez de reduzi-la. Dessa forma, o Ensino Integral não pode ser apenas a ampliação da carga horária, mas de iniciativas governamentais que viabilizem a permanência dos jovens, através de políticas públicas que garantam a permanência na escola e que suas necessidades sejam supridas.

A evasão ou a não adesão, por parte dos alunos do Ensino Médio, ao Ensino Integral que é ofertado pelas outras escolas da cidade, pode, também, ser interpretada e relacionada com a condições socioeconômicas. Sabe-se que frequentemente há uma associação entre a não permanência dos estudantes na escola em tempo integral e fatores como necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, por exemplo. Segundo a edição da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário” (IBGE, 2023). Segundo a pesquisa, este número chegou a 41,7% em 2023, o que significa um aumento de 1,5 pontos percentuais, em comparação ao ano de 2022.

Mesmo assim, embora esse fator extraescolar exerça influência significativa, tal elemento não explica, de forma isolada, esse fenômeno. A evasão também pode ser compreendida como resultado de um conjunto de fatores inter-relacionados, que envolvem aspectos institucionais, pedagógicos e organizacionais da escola. Por exemplo, a adequação do modelo de ensino às necessidades dos estudantes ou a falta dela; do mesmo modo, a atratividade das propostas pedagógicas ou a falta dela; e as condições de permanência oferecidas pela instituição.

A análise da evasão demanda considerar tanto fatores extraescolares quanto fatores intraescolares, especialmente no que se refere à gestão do fluxo escolar e às estratégias de permanência, em consonância com as reflexões de Arroyo (2003; 2014), ao evidenciar que as trajetórias escolares são atravessadas por múltiplas determinações sociais e institucionais, e de Tavares Júnior (2016), ao compreender

a evasão como resultado de fatores articulados que envolvem tanto a realidade dos estudantes quanto a organização do sistema educacional.

Atualmente a escola EEE conta com dez turmas de Ensino Médio, sendo quatro turmas de 1º ano, três turmas de 2º ano e três turmas de 3º ano. Além disso, a escola atende do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, sendo que os alunos podem escolher estudar no Ensino Fundamental regular ou integral, já que há as duas modalidades em oferta na instituição.

Neste cenário, é possível observar um número significativo de alunos que migram para o turno noturno ou não dão continuidade aos estudos devido à necessidade que muitos demonstram de exercer alguma atividade remunerada, mesmo que seja informal. Também se observa que muitos deles não se preocupam com a continuidade dos estudos e a carreira acadêmica; que não veem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como uma prioridade. Assim sendo, percebe-se também que grande parte desse ocorrido é recorrente com os anos finais do Ensino Médio. Nesse contexto, as turmas do 3º ano do Ensino Médio regular, por exemplo, que no início do ano letivo tinham cerca de 36 alunos cada uma, atualmente têm em média 24 alunos. Parte dos que permanecem estudando no turno da manhã, relatam que já exercem alguma atividade remunerada no contraturno da escola.

Uma observação relevante é relativa à presença de grandes empresas do ramo da siderurgia na região. É frequente a demanda de mão de obra e com recorrência encontra-se algum aluno que, já na metade do Ensino Médio, esteja fazendo no contraturno da escola a formação em aprendizagem industrial, ofertada anualmente por essas empresas, em que o aluno recebe um valor para estudar e aprender uma profissão. No decorrer do ano letivo, há uma forte tendência de migração de alunos para o turno noturno, por optarem pelo mundo do trabalho. A maioria deles expressa que o emprego é uma prioridade para lidarem com dificuldades de ordem socioeconômicas, deixando a formação em segundo plano. Então, muitos jovens anseiam pelo primeiro emprego, mas precisam também da formação em nível médio.

Isso se mescla à elevada quantidade de transferências, retenções e de distorção idade-ano. Esse fato demonstra a necessidade de compreender o perfil desse alunado e os fatores que podem estar constituindo o problema de fluxo escolar, que compreende as variáveis de retenção e abandono, e, consequentemente, o de distorção idade-ano.

O site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) traz a seguinte definição: “o indicador distorção idade-ano é o dado estatístico que acompanha, em cada série, o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para os anos que estão matriculados” (INEP, 2020, recurso *online*).

Em âmbito nacional, a distorção idade-ano tem se configurado como um fenômeno persistente, especialmente no Ensino Médio, etapa em que se intensificam os efeitos cumulativos das defasagens escolares ao longo da trajetória dos estudantes. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que a taxa de distorção idade-ano no Ensino Médio brasileiro foi de 17,1% no ano de 2023. O INEP (2025) também relata que, segundo dados do Censo Escolar, a rede pública de ensino tem maior número de alunos com idade acima do recomendado para a série (Brasil, 2025). Nesse cenário, a análise do contexto local permite compreender como essas tendências mais amplas se materializam no cotidiano escolar.

Em Minas Gerais, embora haja avanços nos indicadores educacionais, ainda lida com desafios relacionados à permanência e ao fluxo escolar. Após analisar os dados disponíveis no site QEdu³, referentes ao ano de 2022, e avaliar os números alcançados pela Escola Estadual Esperança no mesmo ano, foi possível constatar a alta taxa de retenção entre os alunos do Ensino Médio, que é de 7,5% e, a taxa de abandono que ultrapassa os 10%. Além disso, o indicador de fluxo (que é o indicador de rendimento escolar) mostra que a cada 100 alunos, 14 não são aprovados nesta etapa escolar, que engloba os três anos do Ensino Médio. A distorção idade-ano, informada em 2023 chega a 21,3%, o que corresponde a um número aproximado de 23 alunos com atraso escolar de 2 ou mais anos, a cada 100 alunos. Quanto ao desempenho desses alunos, nota-se que em 2021 apenas 5% dos estudantes estavam dentro da faixa que considera adequada a consolidação dos conhecimentos em Matemática e 39% em Língua Portuguesa.

Quando esses dados são analisados à luz dos indicadores nacionais e estaduais, percebe-se que a realidade da escola não se configura como um caso isolado, mas como uma expressão localizada de um problema estrutural que

³O QEdu é um site que reúne informações sobre a Educação Brasileira, disponibilizadas pelo INEP e pelo MEC. Foi criado em 2012 pela Fundação Lemann e pela Merit, estando sob gestão do lede desde 2020. Permite que a população acompanhe dados públicos da aprendizagem do Brasil.

atravessa o sistema educacional brasileiro, especialmente no Ensino Médio, etapa historicamente marcada por maiores índices de evasão, retenção e baixo desempenho.

Logo, conforme a fórmula de apuração do IDEB, disponível no site do INEP, a média das notas obtidas nas provas de português e matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), deve ser multiplicada pelo fluxo, que é a taxa de retenção e evasão. Assim sendo, com os dados de aprendizado (4,96) multiplicado pelo fluxo (0,86) disponibilizados no QEdu, fica mais claro entender a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da referida escola, que é 4,2. Essa nota está abaixo da nota projetada para 2023, que era 5,2, e, também, abaixo da nota projetada para 2021, que era 4,9.

A constatação de defasagem em relação às metas projetadas, quando comparada ao cenário estadual e nacional, suscita na autora da presente pesquisa a necessidade de analisar não apenas os resultados em si, mas os processos que os produzem. Busca-se realçar a importância de uma abordagem que articule dados quantitativos a uma compreensão qualitativa das condições escolares e sociais que influenciam o percurso dos estudantes.

Nesse sentido, parte-se da constatação de que a escola apresenta um número alto de distorção idade-ano, baixo percentual de alunos dentro da faixa de aprendizagem considerada adequada, alta taxa de retenção, abandono e evasão, além da migração para o ensino noturno. Diante disso, recorre-se nesta pesquisa a contribuições de estudos anteriores para aprimorar o diagnóstico, identificar aspectos que sejam passíveis de intervenção e do efeito de atenuar ou mesmo resolver a situação-problema.

Ao analisar os dados disponíveis em fontes dos governos federais e estaduais, como o SAEB e o SIMAVE, por exemplo, no que se refere ao nível de aprendizagem da clientela atendida na Escola Estadual Esperança, nota-se grande parte dos alunos fora do nível de aprendizagem recomendado. Ainda conforme os resultados disponibilizados pelo site QEdu, é possível perceber o significativo número de alunos (23,5%) que em 2023 estavam com pelo menos 2 anos de distorção na idade-ano.

Além dos números elencados na distorção idade-ano dessa escola, ocorre a evasão escolar no decorrer do ano letivo e a migração para o ensino noturno, já que segundo o PPP da escola, parte desses alunos optam pela entrada no mercado de

trabalho precocemente, com vistas a ajudar na renda familiar. Outra questão importante é a retenção: a cada 100 alunos matriculados no Ensino Médio da escola, mais de sete estudantes repetem de ano, segundo dados pesquisados no QEdU.

Logo, conhecer o perfil desses alunos torna-se um caminho para identificar aspectos que possam estar influenciando os índices apresentados. Além disso, um caminho para a proposição de medidas capazes de atenuar ou mesmo extinguir esse problema será importante para impactar a trajetória escolar desses alunos, no que se refere à retenção e a distorção idade-ano.

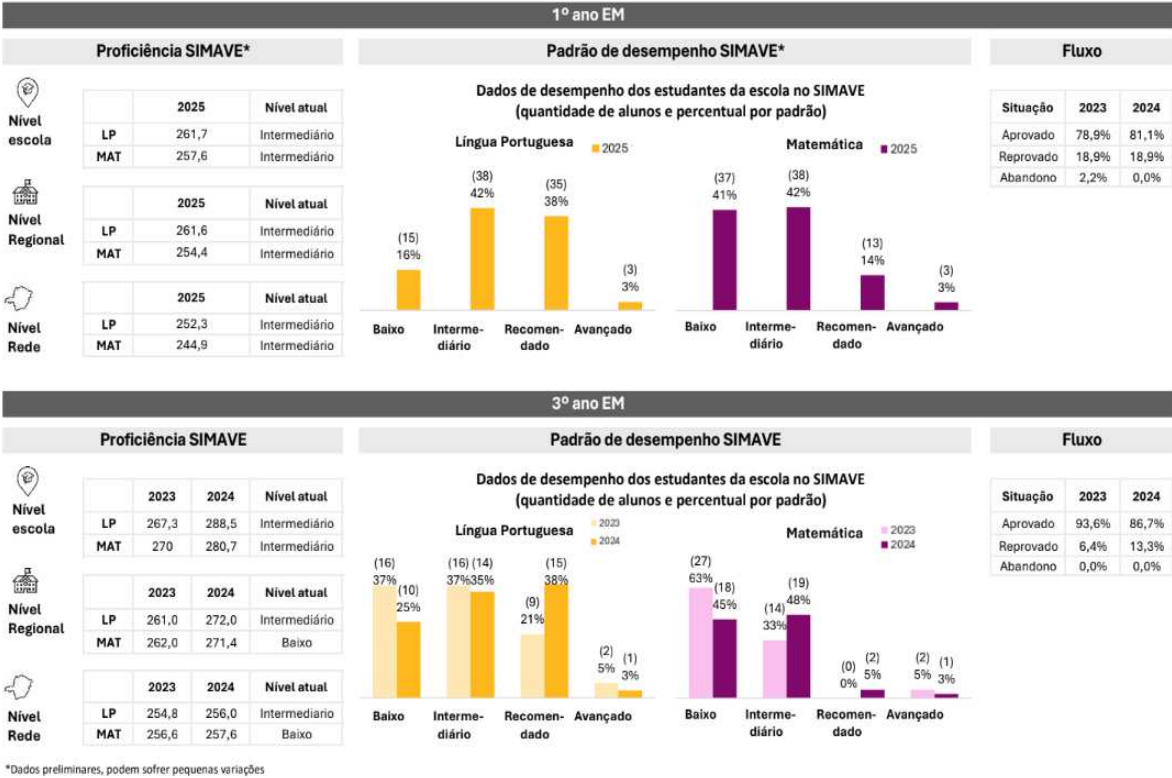
Compreender o perfil dos alunos e os fatores que influenciam suas trajetórias é um passo essencial para interpretar, de maneira mais ampla, as dinâmicas do fluxo escolar na instituição. A partir dessas informações, torna-se possível articular os dados qualitativos sobre o contexto da escola com os indicadores quantitativos de rendimento e permanência, permitindo uma análise mais precisa dos resultados educacionais. Nesse sentido, a próxima seção dedica-se à investigação do fluxo escolar com base nos indicadores do IDEB, buscando relacionar o desempenho da Escola Estadual Esperança às políticas e práticas de gestão pedagógica que impactam diretamente a aprendizagem e a progressão dos estudantes.

2.2.1 Fluxo escolar a partir dos indicadores do IDEB

Analisar o fluxo escolar contribui para entender como os estudantes progridem ou não nos estudos, faz refletir sobre as possíveis dificuldades que o estabelecimento escolar enfrenta e conseqüentemente, faz com que seja possível atuar de forma mais precisa para o enfrentamento de possíveis maus resultados. O resultado do IDEB traz consigo o desempenho dos estudantes e o resultado do trabalho de uma determinada escola.

Atualmente, é desafiador tentar conscientizar os alunos da importância desse resultado para a escola, já que parte deles não se mostram entusiasmados em fazer uma avaliação que para eles “não vale nota nenhuma”. Tal fato pode ser confirmado através dos resultados obtidos na última avaliação de 2025 onde – previamente em reunião e posteriormente em consenso com os alunos – professores determinaram que a avaliação do SIMAVE seria substituída pela avaliação parcial, com o mesmo peso. Tal fato pode ser percebido no gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Padrão de desempenho SIMAVE (2023/2024)

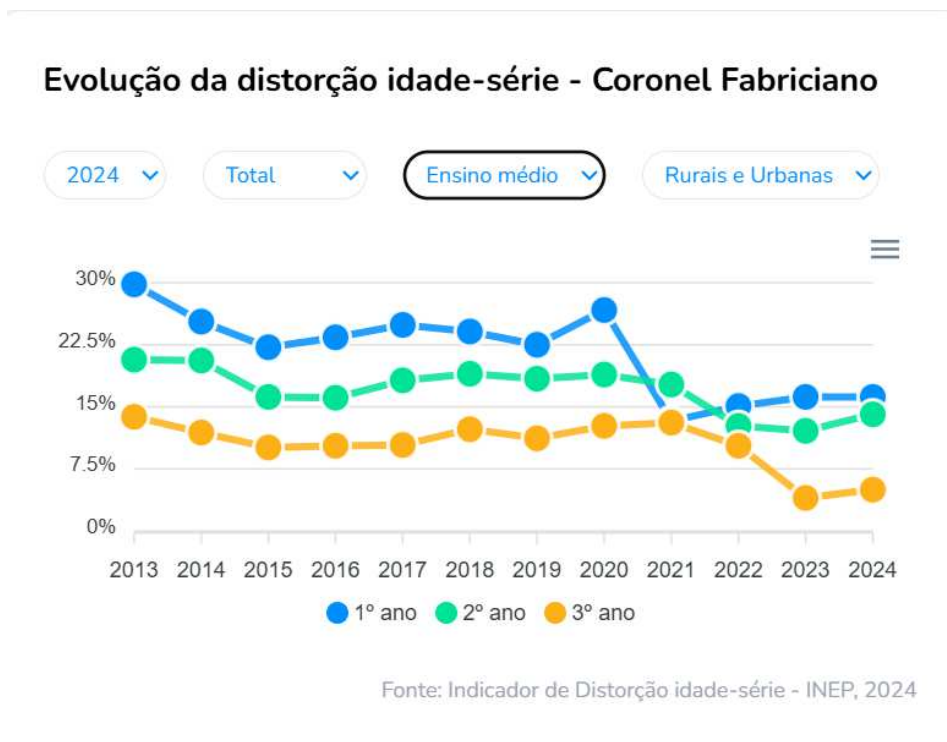


Fonte: SIMAVE (2025).

Nesta seção são apresentados os dados do IDEB da instituição, informações sobre o fluxo escolar, o nível de aprendizagem em que os alunos se encontram e outras informações importantes que ajudarão a entender a realidade da Escola Estadual Esperança.

Para compreender de forma mais aprofundada a realidade educacional de Coronel Fabriciano, é fundamental analisar os índices de distorção idade-ano, que evidenciam o descompasso entre a idade dos estudantes e o ano escolar frequentado. Esse indicador permite observar de que modo fatores como retenção, evasão e trajetórias escolares irregulares impactam o fluxo de aprendizagem e a progressão dos alunos no Ensino Médio. O gráfico a seguir apresenta a evolução da distorção idade-ano no município ao longo da última década, permitindo identificar tendências e avanços nos três anos dessa etapa de ensino.

Gráfico 6 - Distorção idade-ano em cada etapa do Ensino Médio



Fonte: INEP (2024).

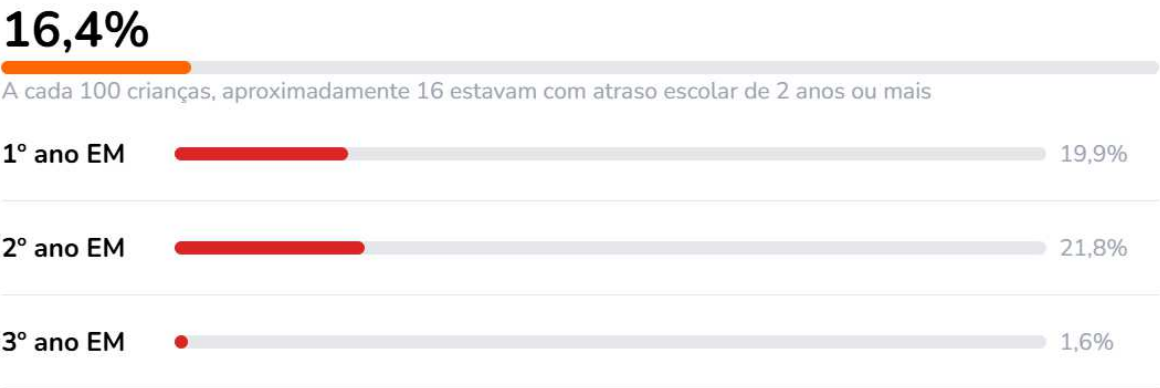
No ano de 2024, 12,7% dos alunos do Ensino Médio encontravam-se com atraso de 2 ou mais anos. Isso significa que em 100 alunos, aproximadamente 13 estavam com esse atraso. Segundo dados disponíveis, a menor parte está no 3º ano do Ensino Médio.

A partir da análise de dados obtidos no INEP (2024) e no QEdU (2025), que tratam da distorção idade-ano no município de Coronel Fabriciano, a Escola Estadual Esperança carrega o segundo maior índice percentual de distorção idade ano no município, representando um total de 16,4% de alunos.

O gráfico a seguir mostra, em detalhes, a quantidade de alunos em cada etapa do Ensino Médio se encontram na distorção de 2 ou mais anos fora da turma em que deveriam estar cursando, no ano de 2025, na Escola Estadual Esperança:

Gráfico 7 - Distorção idade-ano no Ensino Médio da Escola Estadual Esperança

Ensino Médio



Fonte: QEdu (2025).

É possível verificar a redução do percentual de alunos em situação de distorção idade-ano no último ano do Ensino Médio. Esse fato traz como indagações os fatores que influenciam na redução do percentual de distorção idade-ano dos alunos do 3º ano do Ensino Médio, como acontece essa redução e quem são os alunos matriculados no 3º ano.

A resposta a essas perguntas são de grande relevância na compreensão do que ocorre ao longo da trajetória escolar dos alunos até a chegada ao último ano dessa etapa de ensino. Compreender tais aspectos pode contribuir para apontar estratégias que interferem na permanência, evasão ou retenção desses alunos, e que exercem influência na formação das turmas do último ano do Ensino Médio.

O IDEB da escola que é objeto dessa pesquisa apresenta os seguintes números:

Figura 1 - Cálculo da nota do IDEB na Escola Estadual Esperança

	X	=	Resultado
4,96	0,86		4,2

Fonte: IDEB 2023, INEP.

Aqui se verifica que a nota 4,2 se dá a partir da multiplicação da taxa de aprendizado, que é 4,96, e o fluxo, que é 0,86.

A seguir, apresenta-se o fluxo e a taxa de aprovação da escola:

Figura 2 - Cálculo do fluxo na Escola Estadual Esperança

78,9%	85,7%	93,6%	0,85
-------	-------	-------	-------------

Fonte: IDEB 2023, INEP.

A primeira coluna, que indica 78,9% refere-se ao percentual de aprovação no 1º ano do Ensino Médio. A segunda coluna, que indica 85,7%, refere-se ao percentual de aprovação no 2º ano do Ensino Médio. Já a última coluna, mostra a taxa de aprovação no 3º ano do Ensino Médio, que corresponde a 93,6%. Esses percentuais contribuem para chegar à taxa de fluxo, que é 0,85. Todos esses dados estão disponíveis no site do INEP e mostram a realidade da Escola Estadual Esperança.

As informações a seguir fazem referência às médias obtidas nas notas de Português e Matemática, que são 283,91 e 285,9, respectivamente e que contribuem para calcular a nota que indica o aprendizado desses alunos, que é 4,96, segundo o IDEB de 2023.

Figura 3 - Cálculo das médias obtidas nas notas de Língua Portuguesa e Matemática

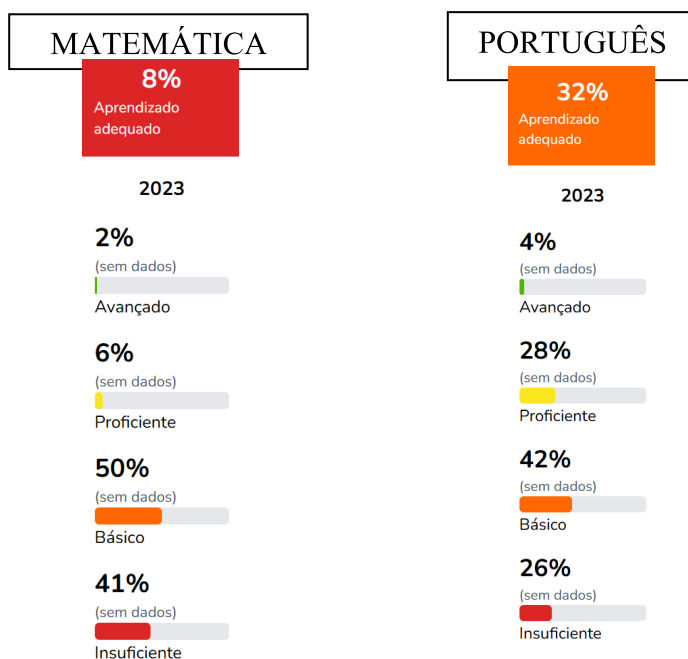
4,96	283,91	285,9
------	--------	-------

Fonte: IDEB 2023, INEP.

Outras informações importantes se referem ao número de estudantes que se encontram com a aprendizagem adequada: apenas 8% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio estavam com a aprendizagem adequada em Matemática e 32% desses alunos demonstraram estar com a aprendizagem adequada em Português, conforme resultados do SAEB aplicado em 2023.

Ao observar, no site do INEP e QEdU, a distribuição dos alunos do 3º ano do Ensino Médio em 4 níveis qualitativos de proficiência conforme o aprendizado (avançado, proficiente, básico e insuficiente), verifica-se:

Figura 4 - Percentual de alunos por nível de aprendizado



Fonte: QEdU, 2025.

Conforme mencionado anteriormente, apenas 8% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio encontram-se dentro do aprendizado considerado adequado. Em Português, o número de alunos é maior, indicando 32%, mas ainda não está dentro do que se espera, pois ainda há números alarmantes de alunos com aprendizagem insuficiente. Tanto em Matemática (41%), quanto em Português (26%).

Segundo o INEP, que caracteriza de forma objetiva cada nível de aprendizagem, os alunos que se encontram no nível de aprendizado insuficiente, apresentaram pouquíssimo aprendizado e é necessário a recuperação de conteúdos.

Compreender os níveis de aprendizagem alcançados pelos estudantes é essencial para identificar não apenas as lacunas cognitivas, mas também os fatores socioculturais e motivacionais que influenciam o rendimento escolar. Entre esses fatores, destaca-se a importância das práticas esportivas como elemento formativo e integrador, capaz de promover o engajamento, fortalecer vínculos e contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos.

Por outro lado, os resultados também evidenciam uma divergência significativa: a escola dispõe de uma melhoria em sua estrutura física – advinda de reformas recentes – e implementa medidas para a melhoria do desenvolvimento pedagógico dos estudantes, segundo o PPP. Mas, ainda assim, os indicadores

citados continuam aquém do projetado para a referida instituição, sobretudo em Matemática. Logo, esses resultados indicam que mesmo com todo esforço feito através de iniciativas pedagógicas, juntadas à melhoria da infraestrutura, ainda não são suficientes para garantir melhores resultados de aprendizagem.

Portanto, essa análise ratifica o entendimento explicitado até então, de que as iniciativas implementadas na escola são importantes, mas apresentam um potencial restrito diante da quantidade de fatores que exercem influência na aprendizagem dos educandos. Tão logo, os resultados apresentados não devem ser interpretados exclusivamente com a leitura dos indicadores, mas deve-se levar em conta os processos que culminam nesses resultados, como: dificuldades acumuladas ao longo dos anos, irregularidades na frequência escolar, históricos de retenção, vulnerabilidade social vivenciada por parte dos alunos, dentre outros.

2.2.2 A relação entre o esporte e a trajetória escolar dos alunos na Escola Estadual Esperança

Na Escola Estadual Esperança, o esporte desempenha uma função importante: observa-se o empenho dos alunos nas práticas esportivas, especialmente nas participações nos Jogos Estudantis de Fabriciano (JEF) e nos Jogos Estudantis de Minas Gerais (JEMG), em modalidades como futsal, judô, atletismo e xadrez. Em diversas edições, os estudantes conquistaram medalhas e troféus, evidenciando o potencial da instituição na inspiração e na preparação dos alunos para participarem de eventos da área esportiva.

Mais do que resultados competitivos, o esporte tem se revelado um importante instrumento pedagógico e social. As práticas esportivas atuam, inicialmente, como estratégia de engajamento dos estudantes, ao despertar interesse, motivação e identificação com a escola, e, consequentemente, configuram-se também como um mecanismo de permanência escolar.

A participação nos treinos e nas competições exige frequência às aulas, comprometimento e vínculo com a escola, fatores que contribuem para reduzir a evasão e fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos. Assim, as atividades esportivas funcionam como estratégias de engajamento desses alunos e de permanência escolar, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, que frequentemente apresentam histórico de retenção ou

risco de abandono, fragilizando o vínculo com a escola. Nesse cenário, o esporte emerge como uma prática estruturante, capaz de fortalecer esse vínculo ao oferecer reconhecimento, pertencimento e sentido à experiência escolar.

Isso condiz com o que destaca Bento (2013), o esporte, quando inserido no contexto escolar de forma intencional e orientada, promove disciplina, cooperação e autoestima, ampliando as possibilidades de inclusão e sucesso escolar. Da mesma forma, Darido e Rangel (2016) ressaltam que o envolvimento em práticas corporais favorece a socialização e o desenvolvimento de habilidades que mitigam desigualdades educacionais. Ainda, de acordo com Tubino (2010), a atividade esportiva está diretamente relacionada ao desenvolvimento de valores sociais, como disciplina, cooperação e respeito, sendo, portanto, um instrumento pedagógico que vai além do aspecto físico. O quadro a seguir mostra o desempenho dos estudantes da escola nos Jogos Estudantis de Fabriciano (JEF) – módulos I e II - e nos Jogos Estudantis do Estado de Minas Gerais (JEMG). Observe a seguir:

Quadro 3 - Medalhas de alunos da Escola Estadual Esperança

Ano	Modalidade	Medalha
2021	Não houve competição devido ao período de pandemia da covid-19.	Não houve competição devido ao período de pandemia da covid-19.
2022	Xadrez masculino	OURO
	Salto em distância masculino	OURO
	Corrida 100m masculino	OURO
	Judô feminino	OURO
	Futebol Society Sub-16 masculino	OURO
	Futsal feminino	PRATA
	Futsal Masculino	PRATA
2023	Xadrez masculino	PRATA
	Salto em distância masculino	PRATA
	Corrida 100m masculino	PRATA
	Futsal feminino	OURO
	Futsal Society Sub-16 masculino	OURO
	Futsal masculino	OURO
	Handebol masculino	PRATA
	Handebol feminino	BRONZE
2024	Handebol feminino	OURO
	Handebol feminino	PRATA
	Futsal feminino	OURO
	Dança	Troféu de participação
	Escola Revelação – Módulo II	Troféu de participação
	Futsal Society Sub-16 Masculino	OURO
	Futsal Masculino	BRONZE
	Futsal Feminino	OURO
	Futsal Society Sub-12 masculino	BRONZE
2025	Vôlei masculino	BRONZE
	Handebol Masculino	PRATA
	Futsal Masculino	OURO
	Handebol Feminino	PRATA

Fonte: Acervo de medalhas e troféus da Escola Estadual Esperança (2024).

Os resultados expressos no quadro evidenciam o protagonismo e o comprometimento dos alunos da Escola Estadual Esperança nas diversas modalidades esportivas, confirmando a relevância das práticas corporais no ambiente escolar. Essas conquistas transcendem o aspecto competitivo, refletindo valores como disciplina, cooperação e persistência, que se estendem para além das quadras e pistas, alcançando o cotidiano escolar. A constância das vitórias e participações demonstra o potencial do esporte como instrumento formativo e de fortalecimento dos vínculos entre estudantes e escola, contribuindo de maneira significativa para o enfrentamento de problemas relacionados à evasão, retenção e distorção idade-ano.

Dessa forma, as ações esportivas desenvolvidas pela escola podem ser relevantes para a abordagem do problema do fluxo escolar, uma vez que representam práticas concretas de prevenção à evasão e à distorção idade-ano. Nesse sentido, o esporte não deve ser compreendido como solução isolada, mas como uma estratégia complementar de gestão pedagógica, que, articulada a outras ações institucionais, pode contribuir para a melhoria do fluxo escolar e para a permanência dos estudantes. Considera-se, portanto, que investir no esporte escolar é também investir na permanência e no sucesso dos estudantes.

Diante desse panorama, torna-se necessário compreender o problema do fluxo escolar não apenas a partir dos dados e práticas observadas na escola, mas também sob a luz das reflexões teóricas e das políticas educacionais que orientam a gestão e o processo de ensino-aprendizagem. O próximo capítulo, portanto, apresenta os eixos teóricos e a análise documental que fundamentam esta pesquisa.

2.2.3 Caracterização socioeconômica e territorial da comunidade escolar

Esta seção se dedica a caracterizar a comunidade escolar, que é objeto desse estudo. Como já mencionado, a escola em análise está inserida em uma área de grandes problemas sociais, inclusive baixa renda, em que a maioria das famílias são vulneráveis. Diante disso, esses entraves impactam diretamente a vida escolar dos alunos, dificultando a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem. Assim, a compreensão do contexto do aluno, é algo que faz a diferença, visto que a

escola é a base para apresentar novas possibilidades de vida, diferente daquelas de suas vivências.

Outro fator essencial é de fato inserir o aluno como sujeito social na construção do seu conhecimento, apropriando-se de forma a ser capaz de mudar a sua vida e da sociedade, visto que muitas das vezes, as instituições de ensino distanciam da real situação vivida pelos alunos, cumprindo protocolos pedagógicos previstos em documentos oficiais normatizadores da educação como a BNCC e o CRMG. Essa conduta acaba reforçando um modelo de ensino focado em métodos que não valorizaram o contexto, a vivência e a singularidade de cada aluno, reduzindo a escola a um espaço de mera transmissão de conhecimento.

Dessa forma, todos os conceitos apontados no parágrafo anterior estão imediatamente conectados a fatores como pobreza, inserção precoce no mercado de trabalho, desinteresse, falta de apoio pedagógico e, conseqüentemente, à vulnerabilidade social, que é quando a condição das famílias e da comunidade tendem a dificultar o acesso, a permanência ou o sucesso da trajetória escolar do educando.

A interação desses fenômenos gera um ciclo de exclusão educacional, especialmente para estudantes em vulnerabilidade social, exigindo políticas integradas que melhorem a qualidade do ensino, ofereçam apoio pedagógico e fortaleçam os vínculos entre escola, família e comunidade.

Quando o aluno realiza a avaliação do SAEB, ele é submetido a responder a um questionário, que tem o intuito de obter informações sobre o perfil socioeconômico, familiar e escolar desse aluno, além das condições de estudo e seu percurso durante o período de escolarização. Esses dados, juntamente dos resultados obtidos na avaliação do SAEB, permitem uma análise mais fidedigna sobre variáveis que estão fora da escola e podem interferir na aprendizagem e no rendimento escolar, por exemplo.

O site do INEP pontua que

as respostas aos questionários possibilitam analisar fatores que influenciam a qualidade da educação, como o nível socioeconômico, os serviços sociais, a infraestrutura escolar, a formação docente, o uso de materiais didáticos e a implementação de programas estruturados (Brasil, 2025, recurso *online*).

Além disso, a partir da análise das respostas, é possível ter um retrato de como se dá a participação da família na vida escolar dos alunos, a interação dos professores e colegas e os tipos de atividades desenvolvidas na escola.

Conforme dados fornecidos pela própria escola, dos 288 alunos matriculados atualmente no Ensino Médio, 79 alunos são beneficiados por programas governamentais de distribuição de renda, como o Bolsa Família. Isso corresponde a um total de 27,43% de alunos. Outra informação importante é que 134 alunos são elegíveis a participar do Programa Pé de Meia⁴, que é um programa que garante aos alunos frequentes no Ensino Médio, um incentivo de R\$200,00 mensais para permanecerem na escola e darem continuidade aos estudos, e, além disso, ao concluírem essa etapa escolar, têm direito a mais um incentivo em dinheiro. Isso corresponde a um total de 46,52% de alunos inclusos no Programa.

A expressiva quantidade de discentes atendidos nos programas de distribuição de renda governamentais, remetem a um retrato mais fiel do perfil da clientela atendida pela escola. Logo, Tavares Júnior (2016) reitera que as condições sociais exercem forte influência sobre a trajetória escolar do aluno, uma vez que a pobreza impacta na continuidade e no êxito dos estudos. Os programas sociais influenciam para dirimir as desigualdades e para garantir o acesso à escola, mas permanecer na escola não é algo assegurado somente por uso de alguma política educacional, é algo que necessita de articulações entre políticas sociais e educacionais, de forma que possam enfrentar os múltiplos fatores que corroboram para a evasão e o abandono escolar no Ensino Médio.

Segundo dados do Ministério da Educação, repercutidos por canais de informação como a CNN Brasil (2026), o Programa Pé-de-Meia reduziu em 43% a taxa de abandono escolar no Ensino Médio da rede pública de ensino entre os anos de 2024 e 2025, impactando positivamente sobre os indicadores de fluxo escolar.

A redução da evasão escolar associada ao Programa Pé-de-Meia mostra a importância de políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes, sobretudo dos que estão em situação de fragilidade socioeconômica, reforçando as

⁴O Programa Pé-de-Meia é uma política pública instituída pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que prevê a concessão de incentivo financeiro-educacional a estudantes matriculados no Ensino Médio da rede pública, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa tem como objetivo promover a permanência e a conclusão escolar, mediante o pagamento de benefícios condicionados à frequência, matrícula e participação em avaliações educacionais.

contribuições de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), que as políticas educacionais devem não somente assegurar o acesso, mas dar condições para a permanência dos estudantes. Assim sendo, políticas de financiamento estudantil correspondem a importantes estratégias para combater as desigualdades educacionais.

O próximo capítulo, portanto, apresenta os eixos teóricos e a análise documental que fundamentam esta pesquisa, articulando o referencial conceitual com as evidências empíricas levantadas, a fim de aprofundar a compreensão sobre as causas e implicações da reprovação, da evasão e da distorção idade-ano no contexto investigado.

3 EIXOS TEÓRICOS E ANÁLISE DOCUMENTAL

O presente capítulo tem o propósito de aprofundar a compreensão a respeito da situação-problema da pesquisa, fazendo relação ao fluxo escolar e às trajetórias educacionais dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Esperança. Ressaltando que o capítulo anterior apresentou características do contexto educacional, da comunidade escolar e dos índices dos indicadores educacionais da referida instituição, esse capítulo agora busca investigar os dados levantados sob a perspectiva dos referenciais teóricos selecionados, considerando, a partir de pesquisa bibliográfica – que eventos de reprovação, evasão, distorção idade-ano e dificuldades na progressão escolar são processos que se apresentam associados e geram impactos sobre a continuidade dos estudos.

A princípio, realizou-se um levantamento bibliográfico no Banco de Dissertações do PPGP, buscando as palavras-chave: evasão escolar, fluxo escolar, Ensino Médio, permanência na escola e reprovação. Inclusive, ao pesquisar trabalhos com a palavra-chave reprovação, foi possível encontrar diversas dissertações com o tema relacionado à correção do fluxo escolar, que é a questão principal desta pesquisa.

Dentre as diversas dissertações encontradas, foram selecionadas seis dissertações com questões de pesquisas semelhantes e que abordam o conceito de distorção idade-ano.

Quadro 4 – Dissertações selecionadas que abordam o conceito de distorção idade-ano

Autor	Título da dissertação	Tema central
MORAIS, 2017	Reflexões sobre o fluxo escolar no Ensino Médio: o caso da Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves	Fluxo escolar no Ensino Médio
ALVES, 2019	Reprovação em contexto de vulnerabilidade social	Reprovação e vulnerabilidade social
SANTOS, 2018	Reprovação no primeiro ano do Ensino Médio em uma escola estadual de Ribeirão das Neves – MG	Reprovação no 1º ano do Ensino Médio
BICALHO, 2024	Desafios e estratégias para a superação da reprovação e distorção idade-ano no Ensino Médio: o caso de gestão da E.E. Alberto Pereira Lima	Estratégias para enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano.
GARCIA, 2020	Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do centro-oeste mineiro: um caso de sucesso no 1º no Ensino Médio.	Redução da evasão, abandono e infrequência no Ensino Médio.
CHAVES, 2019	Evasão no Ensino Médio: estudo de caso no interior de Minas Gerais.	Evasão no Ensino Médio.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Conforme citado anteriormente, nessas dissertações os autores apresentavam algumas inquietações em comum com diferentes perspectivas, que basicamente se baseiam em levantar possíveis hipóteses para os graves números apresentados de reprovação, evasão e finalmente, da distorção idade-ano no Ensino Médio.

O primeiro trabalho pesquisado, “Reflexões sobre o fluxo escolar no Ensino Médio: o caso da Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves”, faz uma breve narrativa da evolução do Ensino Médio no país e investiga fatores e especificidades da escola que possam contribuir para solucionar o problema do fluxo, como dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória educacional dos estudantes, pouca articulação entre a escola e a família, baixa motivação dos estudantes, além de aspectos socioeconômicos que interferem na permanência desses jovens na escola. A pesquisa relata que mesmo diante da expansão matrículas, ainda há os desafios quanto à qualidade, à desigualdade e à organização do fluxo escolar. Além disso, o estudo aponta para fatores institucionais que devem ser refletidos, como a necessidade de um acompanhamento ainda mais próximo aos alunos com risco de evasão, por exemplo. Como resultado, o autor da pesquisa propõe um Plano de Ação Educacional (PAE) com intervenções voltadas para o acolhimento de estudantes, fortalecimento e ampliação da participação familiar na trajetória dos alunos, revisão de práticas pedagógicas e avaliativas, e o incentivo ao protagonismo juvenil.

O segundo trabalho procura e analisa fatores internos e externos que se relacionam à alta reprovação, fazendo com que fatores como a origem social, por exemplo, possam ser associados à reprovação escolar. O autor traz constatações de que a retenção não pode ser encarada apenas como resultado individual de cada aluno, mas um problema com múltiplos fatores, que pode ser influenciado por origem social, baixo acompanhamento familiar, práticas avaliativas tradicionais e pouco flexíveis, além de limitações no acompanhamento pedagógico. Há ainda, evidências de que a vulnerabilidade social tem forte influência sobre o desempenho escolar, impactando na evasão, abandono e na distorção idade-ano.

O terceiro trabalho buscou compreender o histórico de reprovação no Brasil e as legislações que amparam o Ensino Médio. Também foi feito um trabalho diagnóstico para levantar aspectos que podem ocasionar as retenções, tais como:

difficultades de aprendizagens acumuladas ao longo da trajetória escolar dos educandos, limitações estruturais de um ensino pouco contextualizado, fragilidades no acompanhamento individual dos alunos (visto que em turmas muito grandes o professor tem dificuldade em oferecer um atendimento mais personalizado), dentre outros fatores que podem contribuir para a retenção. O PAE, nesse caso, parte do diagnóstico feito na escola e traz proposições para a criação de mecanismos para acompanhamento eficiente aos alunos com baixo desempenho, ações para monitorar índices de reprovação e abandono, fortalecimento do trabalho coletivo na escola, além de discussões com professores, alunos e equipe gestora, com vistas a criar estratégias para melhoria da aprendizagem e redução da retenção nesta etapa de ensino.

No quarto trabalho, a autora pontua a importância da gestão escolar na construção de estratégias para enfrentar a reprovação e a distorção idade-ano no Ensino Médio. Além disso, através de análise de indicadores educacionais, e documentos da escola, que evidenciaram altas taxas de reprovação e distorção idade-ano, a autora realiza um diagnóstico da escola e busca entender quais fatores estão atrelados à retenção e defasagem que geram a distorção idade-ano na instituição, além de fatores que são considerados como desafios no enfrentamento dessas problemáticas pela gestão escolar. A análise dos dados obtidos através da pesquisa demonstra que a defasagem advinda do Ensino Fundamental contribui significativamente para as reprovações no Ensino Médio. O resultado, foi a criação de um Plano de Ação com medidas voltadas ao fortalecimento da participação familiar, a reestruturação das práticas pedagógicas, formação continuada para os profissionais da instituição e a promoção do protagonismo juvenil. Nesse plano de ação, além de outras propostas, está a proposição da implementação de projetos com atividades inovadoras, sugeridas pelos próprios alunos. Isso faz com que haja um maior engajamento dos estudantes dentro do ambiente escolar e, conseqüentemente, fortalecimento de vínculo e tendência à permanência desses jovens.

O quinto trabalho traz exemplos de práticas exitosas que contribuíram para a redução da evasão, do abandono e da infrequência, em especial no 1º ano do Ensino Médio. Com base em documentos institucionais, questionários e entrevistas com estudantes e gestores, buscou-se identificar ações que pudessem contribuir para a melhoria do fluxo escolar. A autora aponta em sua pesquisa que ações de

promoção ao atendimento educacional psicológico, fortalecimento do diálogo entre escola x aluno x professor, participação familiar na vida escolar do estudante, projetos extracurriculares e atividades para fortalecer o engajamento desses jovens (esportes, oficinas, eventos culturais, etc.), além de iniciativas para recomposição das aprendizagens e incentivo ao protagonismo juvenil, podem ser replicadas com o intuito de promover a permanência e a frequência dos estudantes em outras instituições.

Por último, o sexto trabalho investigou a evasão e apontou determinantes que dificultam a permanência dos alunos do Ensino Médio, além da participação desses estudantes em iniciativas propostas para corrigir o fluxo, como os programas de correção de fluxo no Ensino Fundamental e a reinserção desses alunos no Ensino Médio Regular. Dentre os aspectos investigados estão o perfil dos estudantes em situação ou risco de evasão, dificuldades de permanência no Ensino Médio Regular e condicionantes que impulsionam a saída desses alunos da escola, dos impactos de trajetórias escolares marcadas por defasagem, além dos efeitos de políticas de correção de fluxo. Ao fim, a autora propõe um plano de ação com o objetivo de favorecer a permanência dos estudantes e reduzir a evasão, com orientações sobre acolhimento dos alunos, monitoramento sistemático da frequência para identificar precocemente riscos de evasão, além de outras ações importantes para dirimir as questões inicialmente levantadas.

Logo, os seis trabalhos selecionados contribuem de forma relevante juntamente com outros autores no decorrer desse estudo, para a identificação de outros novos autores, conceitos e abordagens que são fundamentais para a compreensão acerca da evasão escolar no Ensino Médio. Ainda assim, diante de evidências da complexidade do caso e sua relação com fatores intra e extraescolares (desigualdades sociais, processo pedagógico, políticas educacionais etc.), as constatações obtidas ao longo desses trabalhos forneceram sinais importantes e indícios de que não há possibilidade de investigar cada problema de forma isolado, visto que cada problema é o resultado de múltiplos fatores e deve, cada um, ser investigado de forma ampla. Esses estudos também poderão auxiliar na articulação de ações que favoreçam a implementação de estratégias eficientes na Escola Esperança, uma vez que todos eles contêm exemplos representativos de experiências exitosas, que podem contribuir para a proposição de ações na referida escola.

Desta maneira, o presente trabalho possui proximidade com outras pesquisas já feitas, sobretudo ao relacionar diálogo com autores e conceitos já consolidados sobre evasão, retenção e distorção idade-ano no Ensino Médio, como também da interpretação de fatores extraescolares que se relacionam com o processo educacional, mas se diferencia pelas particularidades da Escola Estadual Esperança. A pesquisa se diferencia das outras pelas especificidades da realidade da Escola Estadual Esperança, considerando sua localização territorial, a população atendida, a comunidade na qual está inserida, além de outros fatores que permeiam esse caso. Tudo isso torna possível o aprofundamento na interpretação dos dados obtidos para além das respostas presentes em outros estudos.

Portanto, o critério de seleção se baseou em considerar trabalhos que abordam a questão em estudo, priorizando aqueles que apresentam dados mais atuais e contribuições relevantes para a compreensão do tema. Outros trabalhos foram excluídos da análise quando não estavam diretamente relacionados ao recorte determinado para este estudo. Essa seleção garante que houve pertinência na escolha dos materiais, consistência metodológica e importância para os objetivos da pesquisa. Isso faz com que haja um fundamento consistente para compreender os resultados e propor medidas de intervenção.

Diante desse panorama, evidencia-se que os elementos estruturais, pedagógicos e socioculturais analisados no capítulo anterior constituem a base empírica necessária para compreender a complexidade do fluxo escolar na Escola Estadual Esperança. Entretanto, para interpretar de forma mais aprofundada as causas, implicações e possíveis caminhos de enfrentamento da reprovação e da distorção idade-ano, torna-se indispensável avançar para uma reflexão fundamentada no aporte teórico e na análise documental. Assim, a próxima seção apresenta os eixos conceituais que sustentam esta pesquisa, articulando-os aos documentos institucionais e às evidências levantadas, a fim de ampliar a compreensão do caso de gestão e embasar as proposições futuras.

3.1 EIXOS TEÓRICOS

Os eixos mencionados anteriormente correspondem a dimensões analíticas diferentes do mesmo fenômeno – a distorção idade-ano e o fluxo escolar –, sustentadas por autores de diferentes perspectivas, que se encontram organizados

de forma temática e causal: retenção e suas causas, fundamentado em autores que discutem fracasso escolar e motivação, como Ribeiro (2011), Klein (2006) e Tavares Júnior e Neubert (2017); fluxo escolar e trajetória educacional, com base em estudos sobre permanência, qualidade da educação, participação familiar e políticas de correção de fluxo; evasão escolar, eixo constituído por autores que analisam fatores associados ao abandono escolar; e distorção idade-ano, eixo que integra pesquisas sobre desigualdades educacionais, condições socioeconômicas e trajetórias escolares, incluindo referências como Freire (2019) e Arroyo (2003).

3.1.1 Eixo 1: Reprovação e suas causas

A reprovação ocorre quando o estudante não atinge os critérios mínimos de aprendizagem e precisa repetir o mesmo ano escolar, o que pode resultar em um aluno desmotivado, fragilizando seu vínculo com a escola, podendo levar a uma interrupção dos estudos ou até uma futura evasão, que é quando o aluno abandona definitivamente a escola. O atraso causado pela reprovação influencia diretamente na distorção idade-ano, que é a diferença entre a idade ideal para que o aluno esteja cursando determinada série escolar. Logo, esse movimento dentro do sistema de ensino contribui para a formação do fluxo escolar e serve como indicador da eficiência e da equidade das políticas públicas voltadas à educação.

Nesse sentido, compreender os fatores que levam à reprovação torna-se essencial para analisar as trajetórias escolares e para subsidiar estratégias capazes de reduzir a distorção idade-ano e melhorar o fluxo escolar. Ribeiro (1991) aborda a pedagogia da repetência, onde enfatiza a naturalidade com que a reprovação é tratada dentro das escolas por todos os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. Segundo o autor, a chamada “pedagogia da repetência” refere-se à forma como a reprovação se consolidou historicamente como um mecanismo institucional de regulação do rendimento escolar. Nesse contexto, a repetência passa a ser compreendida como parte natural do processo educativo, mesmo quando não contribui efetivamente para a superação das dificuldades de aprendizagem.

Conforme Tavares Júnior (2018), evidências nacionais e internacionais reiteram que a retenção tende a ampliar as desigualdades, aumentar os riscos de evasão e afetar a continuidade dos estudos, produzindo efeitos que não refletem

apenas no desempenho escolar atual. Ribeiro (1991) destaca ainda que, em muitos casos, a repetência tende a produzir efeitos negativos na trajetória escolar, uma vez que estudantes que repetem de ano frequentemente acumulam novas dificuldades, apresentam queda na motivação para os estudos e passam a desenvolver sentimentos de fracasso escolar. Esse processo pode gerar ciclos sucessivos de repetência, que ampliam a distorção idade-ano e aumentam as chances de abandono escolar ao longo da trajetória educacional. Nessa linha de pensamento, Klein (2006, p. 156), constata que “o desempenho cai com o número de repetências”.

Maria Helena Souza Patto (1990, p. 91), trata da retenção como um resultado de ações e organização da unidade escolar, e não como um problema do aluno. A autora pontua que

a repetência não deve ser vista como incapacidade do aluno, mas como expressão de um processo escolar que produz e legitima o fracasso, responsabilizando o indivíduo por dificuldades que são essencialmente institucionais (Patto, 1990, p. 91) (ANBT)

Essa perspectiva dialoga com as reflexões de Paulo Freire (1996), que compreende a educação como prática social e política, profundamente influenciada pelas condições históricas e sociais em que os sujeitos estão inseridos. Ao problematizar as relações entre escola, desigualdade social e exclusão educacional, Freire (1996) contribui para compreender que as dificuldades de aprendizagem e permanência escolar não podem ser atribuídas exclusivamente aos estudantes, mas devem ser analisadas à luz das condições estruturais e das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições escolares. Nesse sentido, as reflexões freirianas ajudam a pensar a retenção, a evasão e a distorção idade-ano como fenômenos que expressam desigualdades sociais e educacionais mais amplas.

Essa compreensão também se aproxima das análises de Arroyo (2003; 2014), que destaca que as trajetórias escolares são profundamente marcadas pelas desigualdades sociais e pelas condições concretas de vida dos estudantes. Para o autor, a escola frequentemente reproduz desigualdades estruturais ao desconsiderar as realidades sociais e culturais dos alunos. Dessa forma, ao articular as contribuições de Patto (1990), Freire (1996) e Arroyo (2003; 2014), torna-se possível compreender a retenção e a distorção idade-ano não apenas como resultados do desempenho individual dos estudantes, mas como fenômenos relacionados à

organização do sistema educacional, às práticas pedagógicas e às condições sociais que atravessam a trajetória escolar.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considera-se em situação de distorção o aluno que possui dois anos ou mais de atraso em relação à idade recomendada para o ano letivo correspondente (INEP, 2022). Conforme o Ministério da Educação (Brasil, 2018), a distorção idade-ano indica a ineficiência e desigualdade do sistema educativo brasileiro, pois mostra que uma parte significativa de alunos não aprende no tempo adequado e nem conclui a etapa de ensino em que está matriculado dentro da idade prevista.

O documento Panorama da distorção idade-ano no Brasil, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018, p.4), traz que

a distorção idade-ano é um fenômeno cumulativo que tem início nos primeiros anos do ensino fundamental e se arrasta por toda a trajetória escolar de meninas e meninos, que vão sendo deixados para trás. Uma parcela deles deixa de frequentar a escola já no ensino fundamental, outra alcança o ensino médio com muitas dificuldades de aprendizagem e muitos não conseguem concluir a jornada escolar com qualidade e na idade esperada.

A retenção escolar e a distorção idade-ano ainda continuam sendo um desafio para a educação brasileira. Alguns dos principais marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional da Educação (PNE), asseguram a todos o direito à aprendizagem, à progressão regular e à permanência na escola. Esses documentos regulamentam uma avaliação contínua, recuperação paralela e ações para corrigir o fluxo, como formas capazes de reduzir o fracasso escolar.

Apesar disso, ainda há divergências entre o que é previsto em lei e o que realmente ocorre nas escolas, onde a retenção é amplamente utilizada como objeto de controle e até mesmo de punição. Isso faz com que a taxa de distorção idade-ano continue elevada e influencie no fluxo, o que consequentemente afeta diretamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), já que esse indicador é obtido através do fluxo e dos resultados obtidos nas avaliações externas.

Segundo o INEP, o indicador de fluxo escolar avalia a transição dos alunos entre dois anos consecutivos no sistema de ensino, considerando as seguintes variáveis: promoção (que é o avanço para o ano seguinte), retenção, migração para

a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e evasão escolar (que é quando o aluno abandona os estudos). O acompanhamento desse indicador faz com que seja possível acompanhar se as escolas e redes de ensino têm garantido a progressão regular dos estudantes e reduzido as defasagens de forma gradual, e isso influencia diretamente na taxa de distorção idade-ano.

Outrossim, compreender as diretrizes sobre retenção e distorção idade-ano é essencial para interpretar corretamente os resultados educacionais e assegurar o cumprimento do direito a uma educação de qualidade e equitativa no Brasil.

A escola, objeto de estudo, está situada na cidade de Coronel Fabriciano (MG) e pertencente à jurisdição da Secretaria Regional de Educação de Coronel Fabriciano. Logo, surge a necessidade de avaliar os motivos pelos quais a escola ainda se depara com tais questões. Mesmo diante do progresso que a Educação obteve, ainda há grande disparidade entre o aproveitamento dos alunos e o que se espera deles. Dessa forma, a pesquisa será organizada em duas subseções, que contribuem para melhor entendimento do caso.

Entender o que acontece no Ensino Médio no Brasil é um grande desafio, já que muitos autores já trataram, com preocupação, dessa etapa escolar em suas obras. Dessa forma, aprofundar em uma pesquisa, entender do assunto e os possíveis fatores que acarretam na evasão, retenção e no abandono dessa etapa dos estudos torna-se essencial para poder intervir e propor alternativas capazes de impactar na etapa citada.

No site do INEP é possível obter informações sobre o Censo Escolar, que traz levantamentos sobre a quantidade de alunos que frequentam regularmente a escola, a quantidade de evadidos, além daqueles que abandonaram os estudos ou ainda o número de alunos em distorção idade-ano. Nos levantamentos do Censo Escolar, define-se que o abandono escolar é a situação onde o aluno está matriculado no início do ano letivo e deixa de frequentar as aulas antes que o ano escolar termine, sem solicitar transferência para outro estabelecimento de ensino. E isso se difere de evasão, que é quando o aluno não faz a matrícula para o ano letivo seguinte.

Estudos indicam que não apenas um fator, mas a evasão nessa etapa é resultante de vários fatores: socioeconômicos, estruturais, escolares, individuais, dentre outros. Autores relatam que condições de vulnerabilidade socioeconômica, necessidade de inserção no mundo do trabalho e trajetórias escolares com

retenções aumentam significante o risco de abandono escolar (Tavares Júnior, 2016; Ribeiro, 2011).

No âmbito institucional, práticas pedagógicas distantes da realidade do aluno, currículos incoerentes com às necessidades dos jovens e políticas públicas ineficientes, cooperam para que esses jovens abandonem gradativamente a escola (Charlot, 2000; Arroyo, 2014).

Para Tavares Junior e Neubert (2014), a baixa motivação e a baixa expectativa, além de outros fatores, podem contribuir para a reprovação escolar. Os autores destacam que o engajamento dos estudantes com a escola está diretamente relacionado às expectativas que eles constroem em relação ao futuro. Quando os estudantes não percebem sentido na escola ou não vislumbram perspectivas concretas de continuidade dos estudos, a motivação para acompanhar as atividades escolares tende a diminuir, o que pode impactar negativamente o desempenho acadêmico e aumentar os riscos de reprovação.

Nesse sentido, a reprovação não deve ser compreendida como um evento isolado na trajetória escolar, mas como parte de um processo mais amplo que afeta diretamente o fluxo escolar e as possibilidades de permanência dos estudantes, articulando-se, portanto, às discussões apresentadas no eixo seguinte.

3.1.2. Eixo 2: Fluxo escolar e a trajetória educacional

A partir da compreensão da retenção como um dos fatores que interferem na trajetória dos estudantes, torna-se necessário analisar o fluxo escolar de forma mais ampla, considerando os movimentos de permanência, progressão e saída dos alunos ao longo da educação básica.

Os autores defendem a associação entre as políticas de acesso e permanência, à aprendizagem, aliada à valorização docente e à ampliação do tempo de aprendizagem, de forma que seja possível enfrentar as desigualdades estruturais presentes e promover condições adequadas para todos, de forma articulada.

O artigo, “A qualidade da educação brasileira: realidade e preceitos institucionais”, de Brum (2017, p. 2), enfatiza que a

educação é um dos principais fatores que influenciam o padrão de vida de um país. A interrelação positiva entre os níveis de educação

e de desenvolvimento sociocultural, político e econômico dos cidadãos e da sociedade é uma tese aceita e comprovada em várias partes do mundo.

Um artigo selecionado no repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de autoria de Brunna Silva Cardoso de Paula (2025), também traz importante contribuição para entender a baixa participação de pais nas reuniões acerca da vida escolar dos filhos. A autora, em seu artigo, identifica que “a principal causa da baixa participação dos pais está relacionada a questões de ordem socioeconômica e falta de tempo, além de uma percepção de distanciamento da escola em relação à realidade das famílias” (Paula, 2025, p. 8).

De acordo com Steffen e Traversini (2019), que apresentam um mapeamento de programas e iniciativas voltados à correção do fluxo escolar, necessita-se de diferentes tipos de intervenção, sendo elas: classes de aceleração, turmas especiais, e de recuperação paralela. Através de pesquisa documental e da revisão de políticas públicas, os autores indicam que apesar da existência de inúmeras iniciativas, há desafios que perduram e geram dificuldades na articulação entre essas iniciativas e o sistema de ensino, já que a efetividade dessas políticas precisa de uma implementação formal, mas não apenas isso, ela precisa de uma real integração com a escola regular, adaptando ao contexto dos estudantes e de ferramentas que possam avaliar (a médio e a longo prazo) a trajetória dos alunos.

As políticas de enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano implementadas ao longo da história do país, ainda necessitam ser analisadas. De acordo com o que traz Tavares Júnior (2018), as estratégias de aceleração de aprendizagem, progressão continuada e ações para correção do fluxo, apresentam limitações, mas são as melhores escolhas quando comparadas à permanência prolongada causada por repetências reiteradas.

Logo, ao analisar o fluxo escolar, evidencia-se que os movimentos de progressão e retenção estão diretamente relacionados às condições de permanência dos estudantes, o que conduz à discussão sobre os fatores que podem levar à evasão escolar, tema abordado no eixo seguinte. Dessa forma, a análise dos documentos a respeito do fluxo escolar da Escola Estadual Esperança fez com que fosse possível compreender como a trajetória dos alunos se comportam ao longo dos anos de escolarização. Dados disponíveis no QEdu, por exemplo, mostram um fluxo que se distancia de ser linear ou contínuo, o que indica trajetórias marcadas

por retenção, abandono, transferências e distorção idade-ano. Esses fatores trazem informações de percursos escolares heterogêneos, com diferentes condições para a permanência e progresso nos estudos.

Consta no Projeto Político-Pedagógico (PPP) que o percurso escolar de cada aluno deve estar condicionado a fatores pedagógicos, institucionais e sociais. Isso reitera a informação de que desafios relacionados à frequência, dificuldades de aprendizagem acumulada ao longo dos anos, rotatividade de professores e especialistas da educação, dentre outras variáveis, comprometem a continuidade dos estudos, o que aumenta as dificuldades de progressão entre os anos de escolaridade (EEE, 2026, p. 32, 36 - 38). Logo, o fluxo escolar não está trelado apenas aos índices de aprovação ou reprovação, mas está compreendido entre as experiências vividas pelos estudantes ao longo do período escola, que produz diferentes possibilidades de permanência.

Na pesquisa de documentos, também foram encontradas evidências de que parte dos estudantes apresentam trajetórias marcadas por repetência, infrequência e condições de vulnerabilidade social. Os registros também sugerem que os alunos submetidos a retenções sucessivas tendem a apresentar maiores dificuldades dar continuidade nos estudos, o que gera o acúmulo de defasagens e aumenta os riscos de abandono escolar (EEE, 2026, p. 38-39). Assim, verifica-se que aprovação, reprovação, evasão e distorção idade-ano estão diretamente relacionadas e refletem no fluxo escolar.

Com base no entendimento de que o fluxo escolar constitui um indicador da capacidade institucional de garantir o acesso, a permanência e a progressão escolar contínua. Nessa abordagem, reconhecer as trajetórias escolares ajuda a detectar as desigualdades produzidas ao longo do período de escolarização dos estudantes, salientando a existência de um percurso escolar heterogêneo e influenciado por diferentes tipos de oportunidades, condições sociais e experiências educacionais.

3.1.3. Eixo 3: Evasão – fatores que podem resultar no abandono escolar

A evasão escolar também é conhecida como abandono escolar e consiste em um dos principais problemas do Ensino Médio, resultando em problemas significativos no fluxo escolar da última etapa da educação básica. Considerando que as dificuldades no fluxo escolar podem culminar na interrupção da trajetória

educacional, torna-se fundamental compreender os fatores que contribuem para a evasão escolar.

O estudo de Soares *et al.* (2015) ratifica a compreensão do abandono escolar no Ensino Médio público ao analisar os fatores que atuam sobre a permanência ou a evasão dos discentes no estado de Minas Gerais. O trabalho revela que o abandono não é ocasionado por uma única causa, mas por diversos fatores como: questões individuais, familiares, escolares, além de outros. Isso revela a complexidade da trajetória escolar desses alunos.

Na Escola Estadual Esperança, esse problema pode ser observado nos documentos institucionais. Tais registros mostram o desenvolvimento dos alunos ao longo do ano, onde percebe-se nos relatos das atas alguns estudantes desmotivados, outros com excesso de faltas e, além disso, há aqueles que, ao longo das etapas, apresenta uma sucessão de notas baixas (rendimento aquém do esperado). Constatou-se também, através destes documentos, que a escola realiza intervenções pontuais com foco na busca ativa destes estudantes através de conversas individuais e reunião com as turmas, com o objetivo de reduzir estes problemas que, se persistirem, podem levar ao abandono escolar (EEE, 2024).

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Esperança 2024, em seu diagnóstico, enfatiza que o abandono escolar na instituição de ensino está vinculado a fatores pedagógicos, sociais, familiares e econômicos. Entre esses fatores há destaque para a ausência familiar. Esse aspecto é identificado em diferentes partes do documento e o plano de ação traz estratégias que a escola deverá desenvolver para promover a participação dos pais na vida escolar dos estudantes (EEE, 2024, p. 70). O PPP ainda destaca que muitas famílias não acompanham adequadamente a frequência e a participação dos estudantes. Essa ausência da família contribui para que o próprio estudante perceba a escola como algo não importante, o que também contribui para a evasão escolar.

O contexto social de vulnerabilidade também foi constatado como um dos fatores que contribui de forma incisiva para a evasão. Na Escola Esperança, de acordo com dados disponíveis no QEdu, a maioria dos alunos estão inseridos em nível socioeconômico médio-baixo (Brasil, 2025). O PPP da escola confirma tais informações ao destacar que a localização do estabelecimento de ensino pertence a um contexto em que as famílias apresentam condições sociais desfavoráveis, com poucas oportunidades e pouco acesso a bens culturais, por exemplo. O documento

aponta também a vulnerabilidade social faz com que muitos adolescentes busquem a inserção precoce no mercado de trabalho. Muitos adolescentes começam a trabalhar para complementar a renda da família, o que gera infrequência, que por sua vez ocasiona o baixo desempenho e lacunas de aprendizagem, onde o afastamento escolar vai ocorrendo gradativamente até culminar na evasão. (EEE, 2024, p. 22).

As dificuldades de aprendizagem e as trajetórias marcadas por retenções sucessivas também aparecem no PPP da escola como fatores diretamente relacionados à evasão escolar. A distorção idade-série é apresentada como um fenômeno cumulativo atrelado ao histórico de evasão e reprovação (EEE, 2024). Essa discussão dialoga com as análises de Mussato, Voltolini e Barreto (2024) quando afirmam que os estudantes em distorção idade-ano, ao retornam para escola, são estigmatizados de diferentes formas, não ocorrendo uma inclusão eficaz nas turmas nas quais estão inseridos. Somando-se a isso, na escola Esperança as dificuldades de aprendizagem ocorrem devido a infrequência que compromete o ciclo contínuo da aprendizagem e o PPP registra a preocupação com estudantes que avançam nas etapas escolares sem consolidar as competências fundamentais (EEE, 2024). Tais fatores associados produzem um ciclo cumulativo de dificuldades que passam pela retenção, distorção idade-série, desmotivação e evasão. E ainda, os documentos relacionam dificuldades acadêmicas persistentes à redução do interesse pela escola, bem como identificam que as lacunas de aprendizagem ocasionadas pelo período pandêmico contribuíram para o agravamento dos problemas relacionados ao fluxo escolar, o que na escola Esperança pode ser constatado por uma taxa de evasão de 6,5% em 2021, conforme dados do QEdu.

A partir da análise dos relatos feitos no Conselho de Classe, o processo de afastamento dos estudantes ocorre de forma gradual e é manifestado pelo baixo desempenho, pelo relato da existência de alunos que dormem durante as aulas, que não realizam as atividades propostas e que apresentam excesso de faltas (EEE, 2024).

A evasão traz impactos significativos no fluxo escolar e nos indicadores educacionais das instituições escolares, pois o fluxo escolar é mensurado através das taxas de aprovação e os percentuais de abandono e reprovação exercem influência nesse cálculo. Na Escola Esperança o IDEB de 2023 atingiu 4,2 e foi impactado pela taxa de abandono (2,5%) e a taxa de reprovação (13,0%), de acordo

com os dados do QEdú. Ainda conforme o site, é possível observar o comportamento dessas taxas entre os anos de 2021 e 2024, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 – Taxas de abandono e reprovação na Escola Estadual Esperança entre os anos de 2021 e 2024

Ano	Taxa de abandono	Taxa de reprovação
2021	6,5%	1,3%
2022	3,8%	19,9%
2023	2,5%	13,0%
2024	0,0%	16,2%

Fonte: QEdú, 2024.

Após a análise da tabela, verifica-se que as taxas de abandono vêm sendo reduzidas na referida escola, e ainda se constata que em 2024 não houve abandonos. Isso demonstra o esforço da instituição no enfrentamento desses desafios, através de estratégias de acompanhamento e permanência dos estudantes. Tais ações encontram-se registradas nos documentos institucionais: acompanhamento individualizado realizado com estudantes e estratégias de recuperação de aprendizagem registradas no DED⁵. A escola também faz uso constante do painel de dados da SEE-MG⁶ para monitoramento da frequência escolar. Por meio das informações do painel é possível realizar a busca ativa aos alunos faltosos.

Além disso, o PPP menciona estratégias pedagógicas e administrativas com foco na permanência dos estudantes. São relatados na versão mais recente do PPP (2024) o desenvolvimento de projetos esportivos, pedagógicos, oficinas e atividades

⁵ DED é a sigla para Documento de Desenvolvimento do Estudante, instrumento adotado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) para subsidiar o acompanhamento da trajetória escolar e do processo de aprendizagem dos estudantes. O documento reúne informações pedagógicas e registros referentes ao desempenho, às habilidades desenvolvidas e às necessidades de acompanhamento dos educandos, constituindo importante ferramenta para o planejamento e a tomada de decisões no âmbito da gestão pedagógica.

⁶ O Painel de Dados da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) é uma plataforma digital de consulta e monitoramento que reúne informações referentes às escolas da rede estadual de ensino, disponibilizando indicadores relacionados ao desempenho acadêmico, fluxo escolar, matrícula, frequência, resultados das avaliações externas e demais dados educacionais. A ferramenta tem por finalidade subsidiar a gestão educacional e o planejamento de ações pedagógicas, possibilitando o acompanhamento sistemático dos resultados das unidades escolares e das redes de ensino.

interdisciplinares com o objetivo de fortalecer o vínculo entre escola e estudante, convergindo com a proposição apresentada no Quadro 5:

Quadro 5 – Detalhamento de ações desenvolvidas na Escola Estadual Esperança com vistas à permanência estudantil⁷

Ação	Descrição
Busca Ativa de Estudantes	A escola realiza a busca ativa constante dos alunos infrequentes através do monitoramento e comunicação com os responsáveis. O coletivo escolar mantém um olhar atento sobre alunos propensos ao baixo desempenho e frequência. Quando a infrequência é detectada, a escola comunica imediatamente à família e, se necessário, ao Conselho Tutelar.
Aulas mais atrativas e Protagonismo Juvenil.	Como estratégia de permanência e sentimento de pertencimento, a escola busca implementar metodologias ativas e aulas mais dinâmicas que tornem o aluno protagonista de sua aprendizagem. Isso inclui o uso de recursos tecnológicos e estratégias diferenciadas nos momentos de reforço.
Orientação Profissional e Perspectiva de Futuro	Para aumentar o engajamento dos alunos do Ensino Médio, a escola promove testes vocacionais, diálogos sobre o mercado de trabalho, incentivo ao ingresso no ensino superior e participação em seleções de "menor aprendiz" e no ENEM.
Projetos de Intervenção Pedagógica	Realização de trabalhos interdisciplinares e projetos de intervenção focados em habilidades não consolidadas, visando diminuir a reprovação, que é identificada como um dos fatores que levam à evasão.
Fortalecimento do Vínculo com a Família	Promoção de reuniões pedagógicas, eventos sociais e assembleias para ampliar o senso de pertencimento e o engajamento dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos.
Promoção da Cultura de Paz e Convivência Democrática	Desenvolvimento de projetos e sequências didáticas para combate à indisciplina, ao <i>bullying</i> e à violência escolar, garantindo um ambiente seguro e favorável à permanência do aluno.
Projetos esportivos	Participação nos Jogos Estudantis de Fabriciano (JEF), Participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) e participação de torneios internos.
Atividades culturais	Viagens para feiras universitárias em Viçosa, Ouro Preto e Diamantina; visita ao Museu de Inhotim.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no PPP (2024).

As ações descritas acima são mencionadas no PPP da instituição e têm o objetivo de fortalecer a relação entre a escola e os alunos. Nesse sentido, a evasão

⁷ Para fins de delimitação da análise, foram considerados apenas os projetos que se encontravam em funcionamento no período de realização da pesquisa. Assim, os projetos descontinuados ou que não apresentavam mais execução no contexto da Escola Estadual Esperança foram excluídos do quadro, por não constituírem evidências atuais relacionadas à situação-problema investigada.

escolar na Escola Esperança pode ser compreendida como um fenômeno multifatorial que está atrelado à vulnerabilidade social da comunidade atendida, dificuldades pedagógicas, infrequência escolar, inserção precoce no mercado de trabalho, falta de acompanhamento familiar e reprovação. A escola apresenta o entendimento desses fatores e tem empenhado esforços para combater a evasão escolar (EEE, 2024).

Assim, a evasão se apresenta como um desdobramento de processos anteriores, como a reprovação e a fragilização do vínculo com a escola, evidenciando a necessidade de compreender como esses fenômenos também se relacionam com a distorção idade-ano, discutida no eixo seguinte.

3.1.4. Eixo 4: Distorção idade-ano – origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais

A distorção idade-ano pode ser compreendida como um dos principais indicadores que sintetizam os efeitos acumulados da reprovação, das dificuldades no fluxo escolar e da evasão, refletindo, de forma quantitativa, as desigualdades presentes nas trajetórias educacionais.

Alguns autores, como Machado e Gonzaga (2007) já investigaram o impacto da renda e da educação dos pais sobre a defasagem idade-ano das crianças usando dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) de 1996, dados esses que são disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os autores encontram uma redução na probabilidade de distorção idade-ano quanto maior a renda e a educação dos pais.

Para Paulo Freire (1974), em seu livro, *Pedagogia do Oprimido*, a educação deveria ser um instrumento de libertação daqueles que historicamente são sempre esquecidos e marginalizados, como os trabalhadores pobres e os analfabetos. Ele critica o modelo tradicional de ensino, onde o professor é visto como um transmissor de conhecimento e o aluno apenas o recebe, sem poder analisar esse conhecimento de forma crítica. Segundo ele, isso continua por perpetuar a exclusão dessas camadas sociais.

Paulo Freire (1974) propõe uma pedagogia baseada no diálogo, na valorização do saber popular e na formação de uma consciência crítica e que somente por meio de uma educação humanizadora e transformadora será possível

integrar os marginalizados como sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais justa.

Portella, Bussmann e Oliveira (2017) analisam a relação entre fatores individuais, familiares e escolares, e a ocorrência de distorção idade-ano na educação pública brasileira. Com dados obtidos através da PNAD e do INEP, e aplicando alguns modelos de contagem, esses pesquisadores apontaram que cerca de 46% dos alunos têm alguma defasagem entre idade e série. Esses resultados ainda indicam que alunos com melhores condições (econômicas e familiares, por exemplo) têm menores chances de apresentar algum atraso escolar. Essas condições são: maior renda, presença materna, maior escolaridade dos pais, dentre outras. Há também uma relação direta entre menores níveis de distorção com turmas menores, maior carga horária e professores com formação superior.

O estudo de Portella, Bussmann e Oliveira (2017) também sinaliza que melhorias nas condições das escolas podem minimizar desigualdades que têm origem familiar, além da importância da criação de políticas públicas voltadas para a qualidade da educação e para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Alguns autores reforçam a necessidade de investigar os desafios ainda presentes no ensino médio, pois segundo Goulart, *et al.* (2006, p. 01), mesmo com as mudanças ocorridas ao longo do tempo, os alunos precisam além de permanecer na escola, atingir a escolaridade prevista para a idade e consolidar as proficiências necessárias para a formação.

Arroyo (2003) pontua que a distorção idade-ano reflete não apenas o desempenho individual dos estudantes, mas também as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro, que marginaliza os mais pobres, negros e moradores de áreas rurais. Conforme abordado por Tavares Júnior (2018), fatores socioeconômicos exercem influência sobre o rendimento escolar, contribui para a manutenção do ciclo de desigualdades educacionais e para a continuidade de percursos educacionais marcados por retenções sucessivas. Logo, fatores como classe social, raça e território influenciam o desempenho escolar e a permanência dos estudantes na escola. Essas desigualdades estruturais podem acentuar ainda mais a distorção idade-ano. O autor ainda ressalta que as políticas públicas devem ter como objetivo enfrentar as desigualdades sociais e educacionais, para promover uma educação igualitária e inclusiva, e que reduza a distorção idade-ano.

Nesse sentido, a distorção idade-ano não deve ser analisada de forma isolada, mas como resultado de um conjunto de fatores inter-relacionados, que envolvem reprovação, fluxo escolar e evasão, conforme discutido nos eixos anteriores. Estes autores justificam a utilização dos conceitos citados nos parágrafos anteriores.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2025-2035 é instituído como um documento que funciona como instrumento estratégico para a análise crítica da distorção idade-ano no Brasil, ao estabelecer metas que visam dirimir as desigualdades educacionais históricas. Esse documento contribui para conduzir esse trabalho, pois através das metas propostas para os próximos dez anos, é feita uma análise do quão distantes ou próximas essas metas estão de serem cumpridas e usufruídas por esses educandos. Embora o PNE não trate exclusivamente da distorção idade-ano, ele articula metas e objetivos que, se implementados de forma correta, podem contribuir de forma eficaz para a redução desse fenômeno.

A meta do PNE que trata da alfabetização plena até o 2º ano do Ensino Fundamental e a universalização do acesso à educação básica são exemplos de diretrizes que, se forem cumpridas de forma efetiva, podem impactar positivamente a trajetória escolar dos estudantes, e consequentemente minimizar a distorção idade-ano. Todavia, a efetividade dessas metas depende de uma série de fatores, como a implementação de políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro.

Ao analisar o cumprimento das metas do PNE ao longo de sua vigência, é possível mensurar o progresso na redução da distorção idade-ano, considerando a articulação entre as políticas educacionais propostas e as realidades das comunidades locais.

Esta pesquisa, embora provida das contribuições dos trabalhos de Moraes (2017), sobre fluxo escolar, Alves (2019), sobre reprovação em contexto de vulnerabilidade social e Santos (2018), sobre reprovação no primeiro ano do Ensino Médio, por exemplo, ainda existem lacunas teóricas e práticas relevantes que devem ser abordadas, já que pesquisas analisam separadamente fatores internos à escola e fatores externos, como a vulnerabilidade social, sem explorar de forma integrada como isso interage para gerar reprovação, evasão e distorção idade-ano.

Uma lacuna importante refere-se à proposição de estratégias concretas: embora os estudos diagnostiquem os problemas, há pouca discussão sobre ações

pedagógicas ou de permanência que possam ser efetivamente implementadas. Por fim, faltam análises longitudinais que acompanhem a trajetória dos alunos ao longo do Ensino Médio, o que poderia revelar padrões de repetência, evasão e distorção idade-ano.

O livro “Desafios do Sucesso Educacional no Brasil” (CAEd/UFJF, 2017), organizado pelos autores Fernando Luiz Tavares Júnior e Luiz Flávio Neubert, analisa os principais entraves enfrentados pelo país para garantir uma educação básica de qualidade, equitativa e com trajetórias escolares bem-sucedidas. Os autores tratam do “sucesso educacional” como o percurso regular dos estudantes (sem repetências, evasões ou defasagem) e com aprendizagem de qualidade. Além disso, com base em pesquisas, discutem fatores que possam impelir ou não no sucesso educacional.

A obra ainda destaca a influência das desigualdades sociais e econômicas sobre o desempenho escolar, ao fazer uma análise de que a origem social ainda é um determinante do sucesso ou fracasso na trajetória escolar de um aluno. Da mesma forma, trata do papel das avaliações em larga escala, da gestão escolar e das políticas públicas na melhoria da qualidade do ensino.

A pesquisa em documentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) mostrou que a distorção idade-ano configura um fenômeno complexo, relacionado a fatores pedagógicos, institucionais e sociais. Os registros evidenciam que a defasagem escolar está associada à progressão sem consolidação das aprendizagens, à infrequência, às retenções sucessivas e às condições de vulnerabilidade social que a maior parte dos estudantes atendidos nessa instituição encontram-se inseridos. O documento ainda aponta, que os índices de distorção tendem a aumentar durante o percurso das etapas escolares, evidenciando um fenômeno cumulativo (EEE, 2024, p. 38).

Os dados extraídos dos documentos pesquisados indicam que fatores pedagógicos e institucionais contribuem para esse processo. O documento registra que a elevada rotatividade de professores e especialistas de educação básica (pedagogo), associada ao tempo efetivo destinado às aulas, que é limitado, dificulta a continuidade dos processos de aprendizagens e impacta a consolidação dos conteúdos escolares (EEE, 2024, p. 32-37). Ademais, são identificados casos de alunos que avançam para o próximo ano letivo sem ter consolidado habilidades essenciais, inclusive situações em que estudantes progridem sem domínio

adequado das competências básicas esperadas para a etapa cursada (EEE, 2024, p. 37). Ao somar essa situação à insuficiência de conhecimentos prévios - situação que já foi verificada pela própria gestão escolar - há uma dificuldade ainda maior de aprendizagem na série corrente, contribuindo para novas retenções e ampliando casos de trajetória escolar irregular (EEE, 2024, p. 67-68).

No âmbito social e familiar, os registros reforçam que há a influência de condições socioeconômicas sobre a distorção idade-ano. O documento aponta que aproximadamente 99% dos estudantes pertencem a famílias de baixo índice socioeconômico, situação que dificulta o acesso a bens culturais, recursos tecnológicos e oportunidades educativas extraclasse (EEE, 2024, p. 22). Além disso, a insuficiência de acompanhamento familiar aparece atrelada à infrequência, ao baixo desempenho acadêmico e a tendência de abandono escolar (EEE, 2024, p. 26, 33, 34, 67, 70). Acrescenta-se a isso a inserção precoce dos estudantes no mercado de trabalho, justificada à necessidade da complementação da renda familiar, condição que tende a gerar a infrequência e a fragmentação das trajetórias escolares (EEE, 2024, p. 33, 39).

Os registros também indicam uma relação entre distorção idade-ano, infrequência e abandono escolar. O documento sinaliza que a infrequência recorrente interrompe o ciclo contínuo de aprendizagem, intensifica o acúmulo de dúvidas, dificulta a realização das atividades escolares e aumenta as chances de retenção (EEE, 2024, p. 38). Consequentemente, estudantes em situação de defasagem escolar mostram-se mais desanimados, afastados das atividades escolares e sujeitos ao abandono, sobretudo quando associados a contextos de vulnerabilidade social, necessidade de trabalho precoce ou situações de risco social. (EEE, 2024, p. 39, 40, 67).

Assim sendo, a análise documental faz com que seja possível compreender que a distorção idade-ano não se encontra limitada apenas à dimensão estatística do fluxo escolar, mas é constituída de uma expressão de trajetórias escolares marcadas por rupturas, dificuldades acumuladas e desigualdades sociais. Os dados elencados evidenciam que o enfrentamento desse fenômeno necessita de ações articuladas: acompanhamento pedagógico, monitoramento da frequência, fortalecimento da relação entre família x escola e estratégias institucionais que visem a permanência, a aprendizagem e a progressão escolar regular.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados ao longo do estudo, detalhando o tipo de pesquisa, o recorte temporal adotado, as fontes documentais consultadas, bem como os critérios de análise. A definição desses caminhos metodológicos é fundamental para assegurar a consistência da investigação e garantir a transparência do processo.

No livro “Metodologia de Pesquisa em Educação”, as autoras Carmen Lúcia Eiterer e Zulmira Medeiros, caracterizam, segundo Ludke e André (1986), que a pesquisa feita com base na análise de documentos pode servir para compreender questões contemporâneas. A intenção da pesquisa documental, que tem um caráter descritivo e exploratório, com base em estatísticas educacionais e documentos educacionais como fontes de pesquisa, é obter respostas mais aprofundadas, com base na observação de dados disponíveis e documentos da escola. Segundo (Bowen, 2009, p. 27-28), a análise de documentos é “um procedimento sistemático de revisão ou avaliação de documentos (...) que requer que os dados sejam examinados e interpretados para extrair significado, entender e desenvolver conhecimento empírico”.

Entre as possibilidades de análise, a triangulação caracteriza-se como uma estratégia metodológica utilizada de forma abrangente nas pesquisas qualitativas, por permitir que um fenômeno seja entendido a partir de diferentes perspectivas e diferentes fontes de informação. Mesmo que existam diferentes concepções acerca de seus pressupostos, os autores pesquisados defendem sua importância para o fortalecimento do rigor metodológico e da confiabilidade das pesquisas. Campbell e Fiske (1959) foram os primeiros a utilizarem o conceito na área das Ciências Sociais, defendendo o uso de técnicas diferenciadas para testar e fortalecer resultados empíricos. Depois disso, autores como Maxwell (1996), Günther (2006) e Flick (2013) expandiram essa compreensão ao sustentarem que a triangulação amplia a consistência das pesquisas se comparadas às pesquisas que se utilizam de um único método, uma única fonte teórica ou uma única fonte de dados, promovendo interpretações mais abrangentes e robustas sobre o objeto investigado.

Cabe ressaltar ainda que a triangulação propicia a ampliação da credibilidade e da validade das pesquisas qualitativas, já que viabiliza uma análise do fenômeno a partir de múltiplas perspectivas e enfraquece possíveis tendências interpretativas,

conforme destacam Santos *et al.* (2020). Assim sendo, a triangulação auxilia a compreender de forma mais profunda a realidade pesquisada, ainda mais quando se trata de pesquisas que envolvem realidades complexas e heterogêneas.

O artigo “Estratégias da triangulação: uma incursão conceitual”, das autoras Gerda de Souza Holanda e Isabel Maria Sabino de Farias, publicado em 2020, traz considerações acerca da configuração da triangulação, que pode ocupar diferentes configurações metodológicas como: a triangulação de dados, de teorias, de métodos e de pesquisadores. A triangulação de dados caracteriza-se pelo uso de diferentes fontes de informação para refletir sobre uma mesma problemática, o que amplia o campo da interpretação. A triangulação de teorias já se refere ao uso de referenciais teóricos variados, em busca da compreensão dessa problemática a partir de perspectivas variadas. Já a triangulação de métodos consiste na utilização articulada de procedimentos metodológicos diferentes, o que torna possível uma reflexão mais aprofundada sobre o fenômeno pesquisado. Ao final, a triangulação de pesquisadores caracteriza-se quando diferentes pesquisadores participam do mesmo processo de investigação, o que favorece a redução de vieses interpretativos e aumenta a confiabilidade das constatações obtidas.

A escrita do Capítulo 2, resultou de um diagnóstico do fluxo escolar, da retenção e da distorção idade-ano da escola. Foi realizado um levantamento de fontes que resultou na seleção de documentos escolares de acesso público; de relatórios e bases de dados oficiais produzidos pelo INEP – incluindo dados e informações do Censo Escolar, do IDEB e indicadores educacionais disponibilizados em plataformas como o QEdU.

Por sua vez, a triangulação que é utilizada para analisar esse diagnóstico da situação-problema será do tipo teórica, que consiste no estudo a partir de diferentes referenciais teóricos, permitindo compreender o fenômeno por múltiplos enfoques (Guion, 2002). Para Vergara (2006), a triangulação contribui para a legitimidade da pesquisa e para o fortalecimento do conhecimento produzido, uma vez que favorece leituras mais amplas da realidade e reduz possíveis fragilidades interpretativas.

Nesta pesquisa, a triangulação teórica é realizada por meio da articulação entre quatro dimensões analíticas inter-relacionadas: a reprovação escolar, o fluxo escolar, a evasão e a distorção idade-ano. Embora analisadas separadamente para fins de organização do estudo, tais dimensões são compreendidas como manifestações de um mesmo fenômeno educacional. Assim, os dados documentais

e estatísticos são interpretados à luz dos referenciais teóricos de cada eixo, buscando identificar convergências, complementaridades e relações explicativas entre eles. A finalidade não é analisar cada categoria de forma isolada, mas compreender como a interação entre esses fatores contribui para a produção e a manutenção da distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança.

Identificam-se como práticas pedagógicas, estratégias de acompanhamento e ações de gestão escolar têm sido adotadas e/ou sugeridas pelos autores das diferentes teorias para compreender de que maneira as condições institucionais, pedagógicas e sociais interferem no processo de aprendizagem e no fluxo escolar e lidam com estudantes em situação de risco de reprovação ou abandono.

Além disso, estabelece-se uma relação direta entre os dados observados e o problema investigado neste trabalho, o enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano, contribuindo para a proposição de estratégias de gestão pedagógica que possibilitem a melhoria da aprendizagem e a permanência dos estudantes na escola.

3.3 ANÁLISE BASEADA NAS DIMENSÕES ANALÍTICAS MOBILIZADAS

Ao longo desta pesquisa, foi descrita e evidenciada a situação-problema, que consiste em trajetórias escolares fragmentadas, marcadas por retenção, evasão e alto índice de distorção idade-ano – questões que impactam diretamente sobre o fluxo escolar. A interpretação dos dados a partir dos referenciais teóricos utilizados na pesquisa, auxiliou na compreensão que tais questões não podem ser compreendidos unicamente pelas particularidades de cada estudante. Com base no que foi abordado ao longo do texto, autores como Patto (1990), Arroyo (2003; 2014), Freire, Ribeiro (2011), Tavares Júnior (2017) e outros, evidenciam que retenção, evasão e distorção idade-ano são processos determinados por inúmeros fatores, relacionados às condições socioeconômicas, aspectos institucionais e pedagógicos vivenciados na realidade escolar.

Dessa forma, foi possível constatar que as trajetórias escolares observadas apresentam eventos cumulativos: os educandos que vivenciam a retenção tendem a apresentar maiores limitações na continuidade dos estudos, maior probabilidade de estarem em distorção idade-ano e maior tendência ao abandono escolar. Logo, os

indicadores pesquisados reafirmam a necessidade de medidas que levem em conta fatores pedagógicos, de gestão e de organização escolar.

O quadro a seguir resume os principais achados levantados e as interpretações produzidas a partir dos eixos de análise pesquisados:

Quadro 6 – Principais achados

Eixo	Evidência da Situação-Problema	Observações
Retenção	Taxas elevadas de retenção, concentradas principalmente nos primeiros anos do Ensino Médio. Fonte: Censo Escolar, QEdU e documentos institucionais.	A retenção nos primeiros anos do Ensino Médio tende a ser resultado de defasagem de aprendizagem acumulada ao longo dos anos e contribui para trajetórias escolares fragmentadas.
Fluxo escolar	Presença de trajetórias escolares definida por retenção, evasão, progressão irregular e movimentação para outras instituições. Fontes: QEdU, Projeto Político Pedagógico e Censo Escolar.	O fluxo escolar mostra características trajetórias escolares irregulares, indicando desafios quanto à progressão contínua dos alunos.
Evasão	Trajetois marcadas por abandono escolar, como resultado de retenções anteriores. Fontes: Documentos institucionais.	Os dados levantados indicam associação entre retenções reiteradas e maior probabilidade ao abandono escolar.
Distorção idade-ano	Índice elevado de estudantes em situação de distorção idade-ano. Fontes: Censo Escolar, QEdU e INEP.	A retenção coopera para o aumento progressivo da distorção idade-ano e amplia a desigualdade educacional.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O estudo realizado demonstra que todas as perspectivas pesquisadas nesse trabalho não devem ser compreendidas de forma isolada, mas estão relacionadas de forma indissociável. Permitiu compreender que retenção, evasão, distorção idade-ano e fluxo escolar fazem parte de um processo interdependente, que impactam diretamente a permanência e a aprendizagem de cada estudante. A partir da análise, o próximo capítulo apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE), levantando estratégias para minimizar os problemas apontados e ao desenvolvimento de iniciativas capazes de auxiliar na redução da distorção idade-ano e na melhoria do fluxo escolar da Escola Estadual Esperança.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA RETENÇÃO E DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA

O presente trabalho aprofundou-se em pesquisar as possibilidades de enfrentamento da retenção e da distorção idade-ano no Ensino Médio da Escola Estadual Esperança, ao refletir sobre os altos índices de alunos que se encontram nessa situação. Ao aprofundar os estudos para entender o que acontece na referida escola, busca-se levantar novas possibilidades para minimizar esses índices. O motivo mais importante para realizar essa pesquisa consistiu na identificação e na criação de novas possibilidades que possam favorecer o enfrentamento dos desafios existentes no contexto escolar – onde atuo como professora no Ensino Médio - visando a melhoria dessa problemática.

No Capítulo 2, discorreu-se sobre a contextualização do caso de gestão pesquisado, delimitando o problema da retenção e da distorção idade-ano em diferentes âmbitos de análise. De início foram abordados os contextos da educação no Brasil, depois no estado de Minas Gerais, no município de Coronel Fabriciano e, por fim, na Escola Estadual Esperança, levantando os principais marcos educacionais a partir da CF (1988), políticas públicas e indicadores educacionais que impactam a trajetória escolar. Ainda nesse capítulo há a caracterização da escola referida, considerando fatores relacionados ao fluxo escolar, IDEB, características socioeconômicas e territoriais do corpo discente e ações de permanência escolar como o esporte.

O Capítulo 3 apresenta os eixos teóricos e a análise dos documentos que fundamentam a pesquisa, relacionando estudos desenvolvidos sobre a temática, dados institucionais e indicadores educacionais para compreender o problema de pesquisa. A princípio, discute-se a retenção escolar e suas possíveis causas. Em seguida, há uma análise do fluxo escolar e das trajetórias escolares estruturadas ao longo do processo educacional. Posteriormente, há uma abordagem da evasão escolar, com vistas a levantar fatores que possam contribuir para o abandono dos estudos. Por fim, há uma análise aprofundada da distorção idade-ano, contemplando sua origem, impactos e fatores que correlacionam com outros indicadores educacionais, compreendendo a distorção idade-ano como o resultado de múltiplos fatores relacionados.

O Plano de Ação Educacional (PAE) foi elaborado a partir dos principais achados da pesquisa documental realizada na Escola Estadual Esperança. As evidências levantadas apontaram que a retenção, a evasão, a irregularidade do fluxo escolar e a distorção idade-ano constituem fenômenos inter-relacionados e associados a múltiplos fatores, como dificuldades de aprendizagem acumuladas, infrequência, vulnerabilidade social, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e fragilização dos vínculos escolares.

Nesse sentido, as ações propostas procuram atuar de forma preventiva e articulada, fortalecendo mecanismos de acompanhamento pedagógico, monitoramento das trajetórias escolares, permanência dos estudantes e valorização do protagonismo juvenil. Para organizar a operacionalização das ações, optou-se pela utilização da ferramenta 5W2H, que permite definir objetivos, responsáveis, estratégias, cronograma e recursos necessários para sua implementação.

Com o intuito de facilitar o reconhecimento dos elementos necessários para a implementação do Plano de Ação Educacional (PAE), as ações propostas são estruturadas a partir da metodologia 5W2H. Essa metodologia é uma ferramenta utilizada para estruturar ações, com maior organização das etapas previstas e definição clara do que é necessário para executá-las. Seu nome provém de sete perguntas essenciais (em inglês): what? (o quê?), why? (por quê?), where? (onde?), when? (quando?), who? (quem?), how? (como?) e how much? (quanto custa?). Logo, a utilização da ferramenta 5W2H favorece a operacionalização do Plano de Ação Educacional.

4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram que os problemas relacionados ao fluxo escolar não podem ser compreendidos isoladamente. Ao contrário, os quatro eixos analíticos mobilizados permitiram identificar relações entre retenção, evasão, irregularidade das trajetórias escolares e distorção idade-ano. O Quadro 7 sintetiza os principais achados da pesquisa e suas implicações para a elaboração do Plano de Ação Educacional.

Quadro 7 – Principais achados da pesquisa

Eixo de análise	Achado da pesquisa	Evidências nos dados	Implicações pedagógicas
Eixo 1: Retenção e suas causas	A retenção não se apresenta como um fator individual, mas está relacionada a múltiplos fatores: dificuldades de aprendizagem, infrequência e ausência familiar, por exemplo.	Presença de alunos com dificuldades acumuladas, infrequência, vulnerabilidade social e histórico de reprovações.	Necessidade de intervenções pedagógicas precoces e contínuas e o fortalecimento de estratégias para recuperação de aprendizagens.
Eixo 1: Retenção e suas causas	Retenções sucessivas tendem a contribuir para a ampliação das dificuldades escolares e o afastamento gradual dos estudantes.	Presença de alunos com dificuldades persistentes e histórico de repetência.	Criação e implementação de medidas para evitar retenções recorrentes.
Eixo 2: Fluxo escolar e a trajetória educacional	O fluxo escolar da escola apresenta características que apontam trajetórias marcadas por interrupções, irregularidades e movimentações que dificultam a progressão contínua dos educandos.	Dados que comprovam: aprovação, retenção, transferência, abandono e movimentação escolar.	Criação de comissão permanente de monitoramento do fluxo escolar.
Eixo 2: Fluxo escolar e a trajetória educacional	Aprovação, retenção, abandono e transferência se relacionam, criando trajetórias escolares heterogêneas ou fragmentadas.	Ocorrência de trajetórias escolares não-contínuas e frequentes movimentações.	Criação de comissão de acompanhamento individualizado das trajetórias escolares.
Eixo 3: Evasão – Possíveis fatores que podem resultar no abandono escolar	A infrequência, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, as dificuldades pedagógicas, a vulnerabilidade social e a fragilização dos vínculos escolares aparecem associados ao abandono escolar.	Correlação entre infrequência, baixo rendimento, retenção e abandono.	Necessidade de intervenções preventivas antes do afastamento definitiva com a escola.
Eixo 3: Evasão – Possíveis fatores que podem resultar no abandono escolar	A evasão não é como evento isolado, mas como resultado de processos cumulativos.	A infrequência, a vulnerabilidade social, as dificuldades pedagógicas e a necessidade de trabalho para compor a renda familiar.	Criação e fortalecimento de estratégias de permanência, busca ativa e parcerias entre escola e família.
Eixo 3: Evasão – Possíveis fatores que podem resultar no abandono escolar	O esporte é identificado como fator preponderante na permanência do aluno na escola.	Fortalecer as atividades extracurriculares como vínculo com a escola.	Fortalecimento do projeto "Esporte e Cultura pela Permanência".
Eixo 4: Distorção idade-ano: origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	A distorção idade-ano se apresenta como um indicador que expressa todos os efeitos acumulados ao longo do percurso educacional (retenções, fragmentações nas trajetórias escolares e desigualdades).	Documentos associam retenções sucessivas, fluxo irregular, evasão e trajetórias fragmentadas.	Desenvolvimento de ações específicas para estudantes em distorção idade-ano.
Eixo 4: Distorção idade-ano: origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	A distorção idade-ano evidencia desigualdades presentes nas trajetórias educacionais	Relação entre vulnerabilidade social, retenções e dificuldades de permanência devido a entrada precoce no mercado de trabalho.	Desenvolvimento de estratégias institucionais que garantam a permanência escolar.

Eixo 4: Distorção idade- ano: origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	Documentos mostram que parte dos alunos se apresentam desanimados.	Necessidade de metodologias que valorizem o protagonismo juvenil.	Oficinas de Protagonismo e Projeto de Vida.
--	--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A análise dos dados permitiu identificar que os problemas observados apresentam caráter cumulativo e exigem intervenções integradas. Em razão disso, as ações propostas não foram organizadas de forma isolada, mas concebidas de maneira complementar, buscando atuar simultaneamente sobre os fatores pedagógicos, relacionais e institucionais associados à permanência e ao sucesso escolar dos estudantes.

Partindo dos achados da pesquisa, juntamente com as aspirações identificadas no contexto escolar da escola em análise, foi possível criar um conjunto de ações capazes de favorecer o enfrentamento de questões relacionadas ao fluxo escolar, retenção, evasão e distorção idade-ano. Essas ações compõem o Plano de Ação Educacional (PAE) proposto nesse trabalho, e foram organizadas segundo a ferramenta 5W2H, com o intuito de organizar de forma mais clara os objetivos de cada ação, os responsáveis, o prazo e o método de implementação e vigência de cada uma delas.

Nakagawa (2016), traz que a ferramenta 5W2H é um instrumento de planejamento e organização que ajuda na operacionalização de decisões, projetos e ações institucionais. Sua aplicação permite sistematizar as etapas para a execução de atividades. Por apresentar uma organização simples e objetiva, a ferramenta contribui para orientar a implementação e o acompanhamento das ações e de seus resultados esperados.

No âmbito dessa pesquisa, a ferramenta 5W2H possibilita estruturar as ações previstas no PAE, estabelecendo objetivos, responsáveis, prazos de vigência e de implementação, recursos necessários e estratégias de acompanhamento de cada uma dessas ações delimitadas no PAE. Sua execução auxilia para tornar as ações de intervenção mais operacionalizáveis. Logo, a ferramenta auxilia na organização e monitoramento das estratégias institucionais propostas, ampliando as possibilidades de acompanhamento e análise de resultados.

As ações foram organizadas de forma combinada e teve como base os quatro eixos elencados na pesquisa que foram analisados: retenção escolar e suas causas; fluxo escolar e trajetórias educacionais; evasão e fatores associados; e distorção idade-ano. Tudo isso foi relacionado com questões de vulnerabilidade social, necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho, desmotivação, baixo acompanhamento familiar etc. Essas variáveis levantaram questões sobre a necessidade de intervenção que atuem de forma a prevenir e que garanta a continuidade dos processos implementados, visando minimizar índices de dificuldade de aprendizagem, infrequência, falta de engajamento e desmotivação. Assim, a proposição de ações tem o intuito de consolidar tanto a parte pedagógica, quanto a parte relacional da escola.

4.1.1 O Plano de Ação Educacional (PAE) em articulação com os achados da pesquisa

A formulação deste plano tem o intuito de colaborar no enfrentamento da situação problema que tematiza a pesquisa. As ações que compõem o PAE foram elaboradas a partir das evidências identificadas nos quatro eixos analíticos da pesquisa. Embora sejam apresentadas separadamente, elas possuem caráter complementar e devem ser compreendidas como um conjunto de estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento da permanência escolar e à redução da retenção e da distorção idade-ano.

A ação inicial, conforme o Quadro 8, baseia-se na realização de uma avaliação pedagógica e social do estudante, e visa elencar dificuldades de aprendizagem, histórico de infrequência, retenções em anos anteriores e contexto socioeconômico cujo qual o estudante está inserido. Logo nessa etapa inicial, a finalidade é de traçar estratégias precoces, fazendo com que a escola atue na prevenção dos fatores que impactam o fluxo escolar e a retenção.

Quadro 8- Planejamento da Ação 1

Comissão Permanente de Monitoramento das Aprendizagens e do Fluxo Escolar (Eixos 1 e 2)	
A ação 1, que se relaciona aos eixos 1 e 2, destina-se a atender à necessidade de intervenções precoces com o intuito de evitar retenções e fluxos escolares irregulares.	
Elemento	Descrição
What (O quê?) O que fazer?	Implementação de uma Comissão Permanente para acompanhamento individualizado dos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem ao longo das etapas e para monitorar o fluxo escolar.
Why (Por quê?) Por que fazer?	Trajetórias irregulares dificultam a progressão contínua. Com isso, é preciso identificar riscos existentes antes que a reprovação aconteça.
Where (Onde?) Onde fazer?	No contexto pedagógico e administrativo da instituição de ensino.
When (Quando?) Quando fazer?	Reuniões quinzenais para análise de dados e acompanhamento de casos críticos.
Who (Quem?) Quem vai fazer?	Especialistas em Educação Básica (EEB), equipe diretiva, professores regentes e o líder de turma.
How (Como?) Como vai fazer?	Organização de dados de aprovação, retenção anteriores, infrequência e de habilidades não consolidadas, com vistas a criar planos de recuperação de aprendizagem personalizados.
How Much (Quanto?) Quanto custa fazer?	Sem custos financeiros diretos caso a escola indique um profissional para acompanhar e liderar essa comissão.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A criação de uma Comissão Permanente de Monitoramento das Aprendizagens e do Fluxo Escolar pode funcionar de forma, identificando de forma precoce estudantes em situação de dificuldade de aprendizagem, baixo rendimento e infrequência. Com isso, será possível construir planos de intervenção antes que essas situações resultem em retenção ou abandono escolar. Além disso, recomenda-se que a comissão realize reuniões sistemáticas para análise dos indicadores de rendimento, frequência, abandono e distorção idade-ano, utilizando os dados produzidos pela própria escola como subsídio para o planejamento de intervenções pedagógicas.

A segunda iniciativa, explicitada no Quadro 9, consiste na execução de práticas de acompanhamento individualizado aos estudantes em situação de risco de evasão ou retenção. A partir desse acompanhamento entre equipe pedagógica, professores e família, há possibilidade de construir estratégias de intervenção antes do abandono definitivo por parte do aluno, levando-se em conta a tendência cumulativa dos fenômenos estudados na pesquisa.

Quadro 9 - Planejamento da Ação 2

Oficinas de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida (Eixo 4)	
Iniciativa para valorizar a trajetória de cada estudante e estimular o interesse e o engajamento dos alunos em distorção idade-ano.	
Elemento	Descrição
What (O quê?) O que fazer?	Implementação projetos voltados ao Protagonismo Juvenil e estruturação de Projeto de Vida.
Why (Por quê?) Por que fazer?	Alunos em distorção idade-ano mostram-se desânimo e tendem a evadir, logo, através de metodologias que valorizam os sujeitos, há uma melhora da participação, engajamento e, conseqüentemente, na permanência.
Where (Onde?) Onde fazer?	Em todo espaço escolar: salas de aulas, pátio, quadra etc.
When (Quando?) Quando fazer?	Mensalmente, contextualizando a matriz curricular do Ensino Médio.
Who (Quem?) Quem vai fazer?	Professores coordenadores e estudantes.
How (Como?) Como vai fazer?	Atividades, dinâmicas e oficinas de escuta ativa, de autoconhecimento, de planejamento de carreira, de projetos futuros, etc.
How Much (Quanto?) Quanto custa fazer?	Sem custos; utilização de materiais pedagógicos disponíveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Essa ação é proposta a partir de resultados da pesquisa que mostraram trajetórias escolares definidas pela distorção idade-ano, pelas dificuldades de aprendizagem, pela falta de estímulo e do delicado vínculo escolar. Nessa perspectiva, as Oficinas propostas - Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida - buscam valorizar as experiências dos alunos, intensificando o sentimento de pertencimento e gerando novas possibilidades de participação dos alunos na construção e no fortalecimento de suas trajetórias escolares.

Implementar essa proposta parte da assimilação de que estudantes em situação de defasagem escolar apresentam maiores dificuldades relacionadas à permanência, ao engajamento e conseqüentemente à continuidade dos estudos. Tão logo, investir em atividades voltadas à escuta ativa, ao planejamento de projetos futuros e ao autoconhecimento, são estratégias fundamentais para reforçar o vínculo entre aluno x escola.

Essa ação está diretamente relacionada aos achados da pesquisa quando reconhece que a permanência escolar não depende apenas de desempenho acadêmico, mas da capacidade da escola de construir experiências escolares significativas para o aluno.

A quarta iniciativa é voltada para o fortalecimento de estratégias de promoção da permanência escolar, contemplando ações de busca ativa, ampliação de projetos educacionais interdisciplinares e a participação da família na escola. Levando-se em conta os fatores associados ao abandono escolar como: infrequência, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e pouca participação familiar, essa iniciativa tem o intuito de fortalecer o vínculo entre os alunos e a escola. O Quadro 10 detalha a ação:

Quadro 10 - Planejamento da Ação 3

Formação Continuada para Mediação e Recomposição (Eixo 1)	
Capacitação do corpo docente no manejo das necessidades dos alunos e na consolidação de lacunas de aprendizagem acumuladas.	
Elemento	Descrição
What (O quê?) O que fazer?	Formação docente e debate de estratégias para recomposição de aprendizagem.
Why (Por quê?) Por que fazer?	A participação do corpo docente é fundamental para mapear e executar ações que visem o enfrentar as dificuldades de aprendizagem.
Where (Onde?) Onde fazer?	Espaços de formação da escola.
When (Quando?) Quando fazer?	Mensalmente, no horário de planejamento coletivo.
Who (Quem?) Quem vai fazer?	Especialistas em Educação Básica e professores convidados (para explanação de boas práticas).
How (Como?) Como vai fazer?	Grupos de troca de experiência de metodologias ativas que contemplem especialmente alunos com necessidade de recomposição de aprendizagem.
How Much (Quanto?) Quanto custa fazer?	Sem custos, já que serão utilizados horários de formação previstos em calendário escolar.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O desenvolvimento dessa ação dialoga com os indicativos levantados ao longo da pesquisa, que apontaram dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo dos anos, retenções reiteradas e desafios na progressão escolar dos estudantes. Nesse sentido, implementar ações voltadas à formação continuada e à proposição de novas metodologias para extinguir as lacunas de aprendizagens existentes, amplia a capacidade da escola em responder às necessidades identificadas, ampliando práticas para a recomposição das aprendizagens. A formação continuada proposta também poderá contribuir para fortalecer práticas pedagógicas voltadas à recuperação paralela, à flexibilização das estratégias de ensino e ao acompanhamento dos estudantes que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem.

Essa proposta vem da compreensão que o embate às dificuldades relacionadas ao fluxo escolar exige não somente intervenções aos estudantes, mas ao aprimoramento de práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar. Logo, espaços de formação e troca de experiência com profissionais de outras instituições possibilitam a ampliação das práticas docentes com vistas a sanar as necessidades educacionais verificadas.

Logo, essa ação contribui para o aprimoramento de práticas pedagógicas mais atentas às particularidades presentes no ambiente escolar, cooperando com intervenções mais assertivas e alinhadas às necessidades dos educandos.

A quarta iniciativa trata da valorização de atividades extracurriculares associadas como estratégia de engajamento e permanência dos jovens, dando destaque ao esporte e a cultura como fatores de ligação entre os estudantes e a escola. Nesse sentido, surge a proposta de solidificar o projeto “Esporte e Cultura pela Permanência”, confirmando sua importância na redução da evasão e no fortalecimento da relação entre escola x aluno.

Quadro 11 – Planejamento da Ação 4

Projeto "Esporte e Cultura pela Permanência" (Eixo 3)	
Fortalecimento das atividades esportivas e culturais como estratégia de engajamento, pertencimento e permanência dos estudantes.	
Elemento	Descrição
What (O quê?) O que fazer?	Consolidar e ampliar o projeto "Esporte e Cultura pela Permanência", fortalecendo as atividades esportivas, culturais e artísticas desenvolvidas pela escola.
Why (Por quê?) Por que fazer?	O esporte e a cultura constituem importantes fatores de proteção, favorecendo o sentimento de pertencimento, a convivência e o fortalecimento dos vínculos dos estudantes com a escola.
Where (Onde?) Onde fazer?	Nos diferentes espaços da escola, como quadra esportiva, pátio, salas de aula, biblioteca e demais ambientes destinados às atividades pedagógicas e culturais.
When (Quando?) Quando fazer?	Ao longo de todo o ano letivo, por meio de ações permanentes e participação em eventos internos e externos.
Who (Quem?) Quem vai fazer?	Equipe gestora, professores, Especialistas em Educação Básica, professores de Educação Física e Arte, estudantes e parceiros da comunidade escolar.
How (Como?) Como vai fazer?	Realização de torneios esportivos, mostras culturais, oficinas, apresentações artísticas, participação nos Jogos Estudantis de Minas Gerais (JEMG), Jogos Estudantis de Fabriciano (JEF) e demais projetos desenvolvidos pela escola.
How Much (Quanto?) Quanto custa fazer?	Baixo custo, utilizando recursos já disponíveis na escola e buscando parcerias com a comunidade e instituições locais.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A proposição dessa ação está diretamente relacionada aos achados da pesquisa, que evidenciaram a importância das atividades esportivas e culturais na construção de vínculos entre os estudantes e a escola. Os dados analisados

indicaram que a participação dos alunos em projetos dessa natureza favorece o sentimento de pertencimento, amplia as oportunidades de convivência e fortalece a permanência escolar. Nessa perspectiva, o projeto "Esporte e Cultura pela Permanência" busca consolidar estratégias capazes de transformar a escola em um espaço mais atrativo e significativo para os jovens, contribuindo para a redução da evasão, para o fortalecimento das relações entre estudantes e comunidade escolar e para a construção de trajetórias educacionais mais contínuas e exitosas.

A quinta iniciativa está baseada no desenvolvimento de métodos particulares aos estudantes em situação de distorção idade-ano, justificando que esse é o indicador que indica fragmentações na trajetória escolar. Essa iniciativa deve incluir medidas pedagógicas diferenciadas e que valorizem o protagonismo juvenil, como: oficinas de projeto de vida, mostras de trabalhos e atividades que possibilitem e reforcem o engajamento dos estudantes.

Quadro 12 – Planejamento da Ação 5

Estratégias Pedagógicas para Estudantes em Situação de Distorção Idade-Ano (Eixo 4)	
Desenvolvimento de ações pedagógicas diferenciadas voltadas ao fortalecimento das trajetórias escolares dos estudantes em situação de distorção idade-ano.	
Elemento	Descrição
What (O quê?) O que fazer?	Implementar estratégias pedagógicas específicas para estudantes em situação de distorção idade-ano, valorizando o protagonismo juvenil e fortalecendo o vínculo com a escola.
Why (Por quê?) Por que fazer?	A distorção idade-ano representa um indicador que evidencia fragmentações nas trajetórias escolares, estando associada a retenções sucessivas, dificuldades de aprendizagem e maior risco de evasão.
Where (Onde?) Onde fazer?	Em todos os espaços da escola, incluindo salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, quadra e demais ambientes pedagógicos.
When (Quando?) Quando fazer?	Ao longo de todo o ano letivo, por meio de ações permanentes integradas ao planejamento pedagógico da escola.
Who (Quem?) Quem vai fazer?	Equipe gestora, Especialistas em Educação Básica, professores, líderes de turma e estudantes.
How (Como?) Como vai fazer?	Realização de oficinas de projeto de vida, mostras de trabalhos, atividades de protagonismo juvenil, rodas de conversa, ações de valorização das trajetórias escolares e estratégias pedagógicas que favoreçam o engajamento e a permanência dos estudantes.
How Much (Quanto?) Quanto custa fazer?	Baixo custo, utilizando os recursos pedagógicos já disponíveis na escola e os horários previstos para projetos e atividades complementares.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A implementação dessa ação decorre dos resultados da pesquisa, que evidenciaram a distorção idade-ano como um fenômeno resultante do acúmulo de retenções, interrupções nas trajetórias escolares e dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes. Nesse sentido, a proposta busca desenvolver estratégias pedagógicas capazes de reconhecer as especificidades desse público,

valorizando suas experiências e fortalecendo o sentimento de pertencimento à escola. A realização de oficinas de projeto de vida, mostras de trabalhos, rodas de conversa e outras atividades voltadas ao protagonismo juvenil pretende ampliar o engajamento dos estudantes, favorecer a construção de perspectivas futuras e contribuir para a continuidade de trajetórias escolares mais exitosas. Dessa forma, a ação reconhece que a permanência escolar está associada não apenas ao desempenho acadêmico, mas também à capacidade da escola de proporcionar experiências significativas e de fortalecer os vínculos entre os estudantes e a instituição.

A sexta e última iniciativa, conforme o Quadro 13, traz a implementação de oficinas de protagonismo juvenil e projeto de vida, com a intenção de combater o desânimo e o desengajamento identificados ao longo do trabalho. Essas atividades visam reforçar a participação dos estudantes na construção das suas próprias trajetórias educativas, dando mais sentido e importância para a permanência na escola e, conseqüentemente, contribuir para reduzir a evasão e a distorção idade-ano.

Quadro 13 – Planejamento da Ação 6

Oficinas de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida (Eixo 4)	
Promoção de ações voltadas ao fortalecimento do protagonismo juvenil, do autoconhecimento e da construção de projetos de vida, favorecendo o engajamento e a permanência dos estudantes.	
Elemento	Descrição
What (O quê?) O que fazer?	Implementar oficinas de protagonismo juvenil e projeto de vida voltadas aos estudantes do Ensino Médio.
Why (Por quê?) Por que fazer?	Os dados da pesquisa evidenciaram situações de desânimo, desengajamento e fragilização dos vínculos escolares, fatores que podem contribuir para a evasão e para a ampliação da distorção idade-ano.
Where (Onde?) Onde fazer?	Em diferentes espaços da escola, como salas de aula, biblioteca, pátio, quadra e auditório.
When (Quando?) Quando fazer?	Mensalmente, ao longo do ano letivo, em articulação com os projetos desenvolvidos pela escola.
Who (Quem?) Quem vai fazer?	Equipe gestora, Especialistas em Educação Básica, professores, líderes de turma, convidados externos e estudantes.
How (Como?) Como vai fazer?	Realização de oficinas de autoconhecimento, rodas de conversa, palestras, relatos de experiências, atividades sobre escolhas profissionais, planejamento de metas e construção de projetos futuros.
How Much (Quanto?) Quanto custa fazer?	Baixo custo, utilizando recursos pedagógicos já disponíveis na escola e estabelecendo parcerias com instituições e profissionais da comunidade local.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A proposição dessa ação está fundamentada nos resultados da pesquisa, que revelaram a presença de desmotivação, baixo engajamento e fragilização dos vínculos escolares entre parte dos estudantes. Diante desse cenário, as Oficinas de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida constituem uma estratégia voltada à

valorização das experiências dos jovens e ao fortalecimento de sua participação na construção das próprias trajetórias educacionais. Ao promover atividades de autoconhecimento, reflexão sobre escolhas futuras e elaboração de projetos pessoais e profissionais, a escola amplia as possibilidades de construção de experiências mais significativas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e atribuindo maior sentido à permanência escolar. Espera-se, assim, que essa iniciativa contribua para reduzir situações de desengajamento, favorecer a continuidade dos estudos e minimizar os efeitos da evasão e da distorção idade-ano observados na Escola Estadual Esperança.

Todas essas iniciativas buscam juntamente enfrentar os principais desafios identificados ao longo da pesquisa, intervindo sobre os fatores que impactam na retenção, na evasão, na distorção idade-ano e no fluxo escolar. Ao englobar diagnóstico, monitoramento, acompanhamento individual, fortalecimento das relações escolares e valorização do protagonismo juvenil, o PAE propõe intervenções focadas na melhoria da permanência e do sucesso educacional dos educandos.

Ao propor atividades que demandem uma participação ativa dos alunos, como o uso de metodologias ativas, faz com que o processo de aprendizagem se torne mais relevante. Moran (2018), traz que essas abordagens valorizam o protagonismo, a autonomia e a construção do conhecimento por meio de experiências mais significativas, cujas quais o estudante passa a ocupar uma posição participativa no percurso formativo. Nesse sentido, o uso de metodologias ativas no PAE representa uma possibilidade de fortalecer o engajamento dos alunos. No entanto, tais metodologias não representam uma solução única, mas uma estratégia pedagógica que depende de planejamento, atuação mediadora do professor e adaptação à realidade da escola.

O quadro a seguir reúne as ações propostas, relacionando cada uma aos achados da pesquisa.

Quadro 14 – Síntese das ações do Plano de Ação Educacional e sua articulação com os achados da pesquisa

Eixo de análise	Ação do PAE	Síntese da ação	Relação com os achados da pesquisa
Eixo 1: Retenção e suas causas	Ação 1: Comissão Permanente de Monitoramento das Aprendizagens e do Fluxo Escolar	Acompanhamento contínuo dos estudantes em situação de dificuldade de aprendizagem, infrequência e risco de retenção, por meio da análise sistemática dos indicadores escolares.	Responde aos achados que evidenciam a retenção como resultado de múltiplos fatores e reforça a necessidade de intervenções precoces e permanentes.
Eixo 4: Distorção idade-ano: origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	Ação 2: Oficinas de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida	Promoção de atividades voltadas ao autoconhecimento, ao planejamento de projetos futuros e ao fortalecimento do protagonismo estudantil.	Atende aos achados relacionados ao desengajamento, ao desânimo e às dificuldades de permanência observadas entre estudantes em situação de defasagem escolar.
Eixo 1: Retenção e suas causas	Ação 3: Formação Continuada para Mediação e Recomposição das Aprendizagens	Formação permanente dos professores para o desenvolvimento de estratégias voltadas à recomposição das aprendizagens e ao enfrentamento das dificuldades escolares.	Relaciona-se às evidências que apontam a necessidade de práticas pedagógicas mais eficazes para prevenir retenções sucessivas.
Eixo 3: Evasão – Possíveis fatores que podem resultar no abandono escolar	Ação 4: Projeto "Esporte e Cultura pela Permanência"	Consolidação das atividades esportivas e culturais como estratégias de pertencimento, convivência e permanência escolar.	Fundamenta-se nos resultados que indicam o esporte e a cultura como fatores de proteção e fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola.
Eixo 4: Distorção idade-ano: origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	Ação 5: Estratégias Pedagógicas para Estudantes em Situação de Distorção Idade-Ano	Implementação de ações pedagógicas diferenciadas voltadas à valorização das trajetórias escolares e ao fortalecimento do engajamento dos estudantes em defasagem idade-ano.	Relaciona-se aos achados que apontam a distorção idade-ano como expressão das fragmentações e das desigualdades acumuladas ao longo da trajetória escolar.
Eixo 4: Distorção idade-ano: origem, impacto e relação com outros indicadores educacionais	Ação 6: Oficinas de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida	Desenvolvimento de oficinas voltadas ao protagonismo juvenil, ao autoconhecimento e à construção de projetos pessoais e profissionais.	Dialoga com as evidências que revelaram desmotivação, baixo engajamento e fragilização dos vínculos escolares, fatores associados à evasão e à ampliação da distorção idade-ano.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A síntese apresentada no Quadro 14 evidencia que as ações propostas no Plano de Ação Educacional foram elaboradas em estreita articulação com os resultados da pesquisa e com os quatro eixos analíticos mobilizados neste estudo.

Embora apresentadas separadamente, tais iniciativas possuem caráter complementar e partem do entendimento de que a retenção, a evasão, a irregularidade do fluxo escolar e a distorção idade-ano constituem fenômenos interdependentes e influenciados por múltiplos fatores. Nesse sentido, as ações propostas buscam fortalecer os mecanismos de acompanhamento pedagógico, promover a recomposição das aprendizagens, ampliar as estratégias de permanência escolar e valorizar o protagonismo juvenil, contribuindo para a construção de trajetórias escolares mais contínuas e significativas. Assim, espera-se que a implementação articulada dessas iniciativas possa favorecer a redução dos índices de retenção e distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança, além de subsidiar reflexões e práticas em outras instituições que enfrentam desafios semelhantes relacionados ao fluxo escolar e à permanência dos estudantes.

Quadro 15 – Planejamento anual para implementação das ações do Plano de Ação Educacional

Período	Ações previstas	Objetivos principais	Responsáveis
Início do ano letivo (1º bimestre)	Instituição da Comissão Permanente de Monitoramento das Aprendizagens e do Fluxo Escolar (Ação 1); organização da Busca Ativa (Ação 2); identificação dos estudantes em situação de risco e elaboração dos planos de acompanhamento (Ação 3).	Diagnosticar as necessidades dos estudantes e estruturar mecanismos permanentes de acompanhamento.	Equipe gestora, Especialistas em Educação Básica e professores.
Primeiro semestre	Realização das formações continuadas voltadas à recomposição das aprendizagens (Ação 4); implementação das primeiras estratégias pedagógicas para estudantes em situação de distorção idade-ano (Ação 6).	Fortalecer as práticas pedagógicas e promover intervenções voltadas às dificuldades de aprendizagem.	Equipe gestora, Especialistas em Educação Básica e professores.
Ao longo de todo o ano letivo	Desenvolvimento do Projeto "Permanência pelo Esporte e Cultura" e Busca Ativa (Ação 2); consolidação do Projeto "Esporte e Cultura pela Permanência" (Ação 5).	Fortalecer os vínculos entre estudantes e escola, ampliando as estratégias de permanência escolar.	Equipe gestora, professores, estudantes e comunidade escolar.
Ao longo de todo o ano letivo	Desenvolvimento das estratégias pedagógicas destinadas aos estudantes em situação de distorção idade-ano (Ação 6).	Favorecer a continuidade das trajetórias escolares e minimizar os efeitos da defasagem idade-ano.	Equipe pedagógica e professores.
Mensalmente	Realização das Oficinas de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida (Ação 7).	Promover o engajamento, o sentimento de pertencimento e a construção de projetos pessoais e profissionais.	Professores, Especialistas em Educação Básica e estudantes.
Final do ano letivo	Avaliação das ações implementadas e replanejamento para o ano seguinte.	Verificar os resultados alcançados e aperfeiçoar as estratégias desenvolvidas.	Equipe gestora, Especialistas em Educação Básica e professores.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O planejamento anual das ações evidencia o caráter contínuo e articulado do Plano de Ação Educacional. Embora cada iniciativa possua objetivos específicos, todas foram concebidas de forma complementar, buscando atuar sobre diferentes fatores associados à retenção, à evasão, ao fluxo escolar irregular e à distorção idade-ano. Assim, a implementação gradual das ações ao longo do ano letivo possibilita maior acompanhamento das trajetórias escolares, favorece a realização de intervenções pedagógicas mais precoces e amplia as possibilidades de permanência e sucesso escolar dos estudantes da Escola Estadual Esperança.

Cabe salientar que as ações propositivas neste PAE não estão associadas à demanda de grande volume de recursos financeiros, mas essencialmente à mobilização e engajamento do corpo escolar. O estudo realizado mostra que muitas questões relacionadas ao fluxo escolar e à aprendizagem podem ser mitigadas através do aperfeiçoamento de práticas de monitoramento sistemáticas, planejamento coletivo de estratégias e de intervenções pedagógicas contínuas. Dessa forma, a gestão escolar tem um papel fundamental: fomentar um compromisso coletivo – entre professores, equipe pedagógica e demais colaboradores – na responsabilidade pela melhoria das trajetórias escolares dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu da necessidade de entender como se organizam as trajetórias escolares dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Esperança, procurando levantar as causas para o alto índice de retenção, evasão, distorção idade-ano e os impactos que essas problemáticas exercem sobre o fluxo escolar e, além disso, identificar quais elementos podem estar associados a esse fenômeno – sejam eles pedagógicos, institucionais ou sociais.

Para trazer respostas à essa problemática, procurou-se compreender o contexto em que a escola está inserida, além de suas características, seus indicadores educacionais, o perfil dos alunos atendidos e todas outras informações que possam estar associadas ao problema de pesquisa. Logo depois, foram selecionados referenciais teóricos e metodológicos baseados nas interações entre o fluxo escolar, a reprovação, a evasão, a distorção idade-ano e as trajetórias escolares. Em seguida, a análise e aprofundamento de dados tornou compreensível que os problemas investigados não são resultados de algo isolado, mas de processos interligados, impulsionados por elementos pedagógicos, institucionais e sociais.

Ao final do trabalho, as respostas encontradas mostraram que o percurso educacional dos alunos acontece de forma heterogênea, ocorrendo para alguns, progressões contínuas, e para outros, progressões irregulares, marcadas por retenções reiteradas, evasão, dificuldades de aprendizagens acumuladas ao longo dos anos de escolarização, distorção idade-ano e interrupções. Assim sendo, os problemas da permanência escolar derivam de outros fatores, o que reafirma que a retenção, a evasão, a distorção idade-ano e o fluxo escolar encontram-se sempre relacionados no processo formativo dos estudantes.

Frente a essas apurações, o Plano de Ação Educacional (PAE) proposto no desenvolvimento desse trabalho, tratou de justificar os achados de pesquisa, criando, desenvolvendo e implementando ações de monitoramento da aprendizagem e do percurso escolar dos alunos, fortalecendo as relações entre escola x aluno e evidenciando o protagonismo estudantil. Porém, o PAE não limita que outras possibilidades sejam levantadas ao deparar-se com outras dificuldades, fazendo com que a existência de estudos posteriores seja de grande valia para a

compreensão, avaliação e intervenção das ações implementadas e elaborar outras medidas de intervenção.

Reconhecer que esta pesquisa apresenta limites relacionados às particularidades do local estudado, à delimitação de metodologias adotadas e ao próprio recorte temporal determinado, pode auxiliar futuras pesquisas a aprofundar em aspectos ainda não explorados nesse estudo – inclusive em acompanhamento da trajetória escolar ao longo dos anos, à percepção da relação escola x aluno e a avaliação de estratégias voltadas à permanência escolar.

Sob essa perspectiva, destaca-se que a permanência dos educandos na escola, não garante a consolidação da aprendizagem – embora seja uma condição indispensável. Políticas públicas que tratem do aporte financeiro e social dos alunos tem um papel estratégico na redução da evasão e na efetivação do direito à educação, mas suas implicações precisam estar combinadas com ações pedagógicas e estratégias de gestão que possam converter a presença escolar em aprendizagem efetiva. Do mesmo jeito, mesmo que o PAE elaborado evidencie ações voltadas ao monitoramento da aprendizagem e da trajetória escolar dos estudantes, reconhece-se que sua implementação está vinculada a uma realidade multifacetada, marcada por inúmeros desafios, limites institucionais e fatores sociais que podem impactar em seus resultados. Logo, estudos futuros poderão analisar de forma mais aprofundada o processo de implementação dessas iniciativas, considerando a articulação entre políticas públicas, práticas educativas, condições socioeconômicas dos educandos e os resultados alcançados.

Do ponto de vista acadêmico e social, a pesquisa contribui na discussão de condicionantes que podem impactar o fluxo escolar, as trajetórias estudantis e as desigualdades de permanência, oferecendo contribuições para novas investigações e novas estratégias voltadas ao sucesso escolar. Ademais, o desenvolvimento desse estudo representa importante evolução nos âmbitos formativo e profissional, tornando possível acrescentar percepções a respeito das dinâmicas escolares, consolidar a capacidade de reflexão e desenvolver habilidades que possam contribuir com a atuação profissional e para a criação de práticas pedagógicas mais personalizadas às diferentes realidades presentes na vida dos estudantes da referida escola.

Por fim, cabe destacar que a realização desta pesquisa ultrapassou os limites da produção acadêmica e constituiu uma importante oportunidade de crescimento

profissional e pessoal. O percurso formativo vivenciado ao longo do mestrado, marcado pelo contato com novos conhecimentos e pelas contribuições de professores reconhecidamente qualificados e comprometidos com a educação, proporcionou não apenas a ampliação dos referenciais teóricos e metodológicos, mas também o desenvolvimento de uma visão mais sensível e humanizada sobre os desafios da prática docente. Assim, encerra-se este trabalho com a convicção de estar mais preparada para enfrentar as demandas da profissão e, sobretudo, mais consciente da importância de uma atuação pautada na escuta, no compromisso e na valorização das trajetórias dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elcilene Medeiros da Silva. **Reprovação em contextos de vulnerabilidade social**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

AMORIM BICALHO, Ana Carolina. **Desafios e estratégias para a superação da reprovação e distorção idade-série no ensino médio: o caso de gestão da E. E. Alberto Pereira Lima**. 2024. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

Anuário Brasileiro da Educação Básica. **Panorama de dados educacionais – Minas Gerais**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2026/04/panorama-educacional-minas-gerais.pdf>. Acesso em: 23 maio 2026.

ARROYO, Miguel. **Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Jorge Olímpio. **Esporte: discurso e substância**. Porto: Campo das Letras, 2013.

BOWEN, Glenn A. Análise documental como método de pesquisa qualitativa. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/479/2023/06/Bowen-2009.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 set. 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos artigos 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Indicador apresenta distorção idade-série para ensino fundamental e médio. Brasília, DF, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.818**, de 16 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm. Acesso em: 17 nov. 2024. *(retirar, caso não tenha sido citada no texto)*

BRASIL. **Lei nº 14.888**, de 16 de maio de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2024-2034) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2024-2034**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://infograficos.camara.leg.br/pne-2024-2034/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Questionários contextuais do Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: INEP, diversos anos.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRUM, Carla. **A qualidade da educação brasileira: realidade e preceitos constitucionais**. 2017. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531140304.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1207-1224, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAVES, Brisa Bela Alves Nascimento. **Evasão no Ensino Médio: estudo de caso no interior de Minas Gerais**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

CNN BRASIL. **Pé-de-Meia reduz abandono escolar no ensino médio em 43% em dois anos**. São Paulo, 1 abr. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/pe-de-meia-reduz-abandono-escolar-no-ensino-medio-em-43-em-dois-anos/> Acesso em: 29 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 4**, de 2008. Dispõe sobre a organização da educação básica em ciclos de formação. Brasília, DF: CNE, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2010.

COSTA, Fabiana; SOUZA, Mário. Ensino médio em tempo integral: desafios e contradições. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1-17, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação: direito à educação e políticas educacionais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Planos nacionais de educação: o que são e para que servem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

EITERER, Carmen Lúcia. Medeiros, Zulmira. **Metodologia de pesquisa em educação**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2010.

ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA. **Projeto Político-Pedagógico**. Coronel Fabriciano, 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GARCIA, Angela Soares. **Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do Centro-Oeste mineiro: um caso de sucesso no 1º ano do Ensino Médio**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e

Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOLANDA, Gerda de Souza; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Estratégia da triangulação: uma incursão conceitual. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 15, n. 4, p. 1150-1166, 2020. DOI: 10.7867/1809-0354.2020v15n4p1150-1166.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139-172, abr./jun. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <https://archive.org/details/educacao-escolar-politicas-estrutura-e-organizacao-jose-carlos-libaneo/page/n27/mode/2up> Acesso em: 29 jul. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2018. Disponível em: <https://curriculo.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 set. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Minas Gerais apresenta melhorias na aprendizagem e desempenho histórico nas taxas de rendimento no IDEB 2023**. Belo Horizonte, 14 ago. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/minas-gerais-apresenta-melhorias-na-aprendizagem-e-desempenho-historico-nas-taxas-de-rendimento-no-ideb-2023>. Acesso em: 4 out. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Mãos Dadas: parceria pela educação municipalizada**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/maos-dadas>. Acesso em: 7 set. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2000.

MORAIS, Cristiano Nívio de. **Reflexões sobre o fluxo escolar no ensino médio: o caso da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves**. 2017. 164 f. Dissertação

(Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 35-76. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf Acesso em: 29 jul. 2026.

MUSSATO, Solange; VOLTOLINI, Luzia; BARRETO, Mônica da Motta Salles. Distorção idade-série: um retrato do insucesso dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental da rede estadual de Roraima e as políticas públicas para a correção do fluxo escolar. **Boletim do Museu Integrado de Roraima**, Boa Vista, v. 15, n. 2, 2024. DOI: 10.24979/bolmirr.v.15.i2.1120.

O GLOBO. **IDEB 2023: veja o resultado por estado e região**. Rio de Janeiro, 14 ago. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/google/amp/brasil/noticia/2024/08/14/ideb-2023-veja-resultado-por-estado-e-regiao.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2025. (dispensável, pois há fontes oficiais)

PAULA, Brunna Silva Cardoso de. **Escola e família: um estudo sobre a participação das famílias na vida escolar dos alunos do ensino fundamental e ensino médio**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19422>. Acesso em: 26 out. 2025.

PORTELLA, Alysso Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 477-509, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO. **Dados do município**. Disponível em: <https://www.fabriciano.mg.gov.br/pagina/dados-do-municipio>. Acesso em: 14 set. 2025.

QEDU. **Resultados da Escola Estadual Coronel Silvino Pereira**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31190926-ee-coronel-silvino-pereira/aprendizado>. Acesso em: 3 out. 2024. (retirar, pois faz referência a outra escola)

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 7-21, 1991.

SANTOS, José João Lopes dos. **Reprovação no primeiro ano do ensino médio em uma escola estadual de Ribeirão das Neves - MG**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SANTOS, Karine da Silva et al. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais no Brasil: limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SOARES, Tufi Machado et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015.

SOUZA, Fábio Araújo de. **O financiamento da educação para o Plano Nacional de Educação 2024-2034**. 2024. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/2128/999>. Acesso em: 6 abr. 2026.

STEFFEN, Konstans Franco; TRAVERSINI, Clarice Salete. Mapeamento dos programas de correção de fluxo escolar. In: **Seminário Nacional Redefinições Das Fronteiras Entre O Público E O Privado: Implicações Para A Democratização Da Educação**, 2., 2019, Porto Alegre. *Anais [...]* Porto Alegre: UFRGS, 2019.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Quase 61% dos municípios do Nordeste melhoraram a nota no IDEB em 2023**. Recife, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/quase-61-dos-municipios-do-nordeste-melhoraram-a-nota-no-ideb-em-2023>. Acesso em: 5 out. 2025.

TAVARES JÚNIOR, Fernando (org.). **Rendimento educacional no Brasil**. Juiz de Fora: Observatório da Educação, 2019. Disponível em: https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/01/Livro-RENDIMENTO-EDUCACIONAL-NO-BRASIL__Miolo-Capa.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNICEF. **Panorama da distorção idade-série no Brasil**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.